



O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Está reaberta esta sessão.

Indago dos Srs. Líderes se querem falar, senão vamos suspendê-la. Com a palavra o Sr. Paes de Lira.

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendo perfeitamente que há uma dificuldade muito grande em chegar a um acordo. Estou acompanhando a votação na Comissão Mista de Orçamento e parece-me que o propósito da abertura da sessão do Congresso Nacional é verificar a possibilidade de prosseguir os trabalhos amanhã.

Mas eu gostaria de lembrar que há em pauta uma matéria extremamente importante, que é o PLN nº 91, de 2009. Eu peço a todas as lideranças que considerem, num possível acordo, a votação desse PLN, que, entre outras coisas, vai permitir o pagamento de bolsas-formação a muitos policiais militares muito mal pagos em todo o País, que aguardam ansiosamente esse modesto aporte, esse microaporte financeiro, por parte do Pronasci, para que tenham, pelo menos, uma mesa farta na festa de Natal, pelo menos uma mesa farta na festa de ano-novo, apesar de todas as vicissitudes e dificuldades, essa brava gente que, afinal de contas, arrisca a vida todo dia em defesa da sociedade.

Eu peço a todos os líderes que levem em consideração a necessidade...

(Interrupção do som.)

O SR. PAES DE LIRA (PTC – SP) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Levem em consideração a necessidade de votar e aprovar o PLN nº 91 em prol desses bravos policiais militares.

Muito obrigado por sua atenção.



O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Deputado Gilmar Machado, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para confirmar os entendimentos que nós estamos aqui buscando para que amanhã, então, nós já tenhamos crédito para votar. Já há uma lista sendo construída. Há um ou outro problema que nós ainda temos que resolver, e é por isso que nós, então, estamos pedindo para que suspendamos os trabalhos e a sessão seja transferida para amanhã, às dez horas, para que a gente possa continuar os entendimentos e a votação, já que nós temos que concluir todos os trabalhos no dia de amanhã. Então, teria que ser também uma sessão rápida para que a gente possa concluir os trabalhos na Comissão de Orçamento. E agora também, porque, daqui a pouco, nós temos que retomar, porque, senão, nós não conseguimos concluir o nosso trabalho no dia de hoje, que é, pelo menos, votar o relatório, salvo os destaques, hoje ainda, do Relator, Deputado Geraldo Magela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Muito obrigado, Deputado Gilmar Machado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu percebo, tanto na Comissão quanto nas tratativas fora dela, um belo trabalho de construção. Na verdade, tem presidido a negociação um espírito democrático a toda prova, por parte de todos os segmentos que se responsabilizam por essa matéria.

Eu gostaria de, antes de entrar numa questão particular do meu Estado e me regozijar com já termos acordo sobre isso, dizer que nós saímos praticamente do zero para, dos 42 PLNs, colocarmos-nos de acordo, no seio das oposições, com aprovação, por consenso, de 25.

Temos ainda o dia de hoje e temos ainda o dia de amanhã, ao longo da votação, para, quem sabe, avançarmos mais. Nós precisamos que as duas partes se coloquem com muita firmeza em relação ao cumprimento dos compromissos que são assumidos, e o nosso desejo é o de colaborar, é o de oferecermos a melhor compreensão para essa questão.

Em relação ao Orçamento, nem se discute. É se chegar à fórmula mais redonda de elaboração orçamentária e se aprovar essa peça, que é essencial para o funcionamento do País.

Do ponto de vista particular, digo que uma das matérias que obviamente passaram pelo nosso crivo e que por ela eu me regozijo é a que vem resolver um problema grave de manutenção, de custeio da Superintendência da Zona Franca de Manaus, que já nem está pedindo mais tanto o investimento, porque tem sido muito duro o contingenciamento, nestes últimos anos, de recursos próprios construídos lá mesmo, preços públicos cobrados lá às empresas instaladas no Distrito Industrial de Manaus. Já nem me refiro a investimento mais, mas pelo menos ao custeio, porque senão há dificuldade para pagar telefone para fazer a manutenção das coisas mais simples – isso, o órgão que controla um polo que, quando tem crise no Brasil, fatura US\$26 bilhões; quando não tem crise, fatura US\$34 bilhões. Mereceria, portanto, um tratamento bastante adequado.

Mas temos aqui, no PLN 92, abertura de crédito especial no valor de R\$100 milhões para a manutenção da Zona Franca de Manaus, da Suframa, que se responsabiliza por áreas tão relevantes como Macapá e Santana, na banda oriental do norte, que é o Amapá, e, sem dúvida alguma, muito importante para o Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Quero fazer esse registro porque cuidamos do País como um todo, mas cada um aqui tem o dever de cuidar do seu Estado em particular. Procuro fazer isso em relação ao meu, com muita responsabilidade.

Quem dá a palavra final sobre o que se passa no PSDB é precisamente quem cuida, pelo PSDB, de Orçamento: o Deputado Narcio, é o Deputado Otavio Leite – o nosso líder, líder da Minoria –, o Deputado Duarte Nogueira, que está representando a liderança.



Portanto, estou satisfeito com o que estamos fazendo até o momento e espero que amanhã tenhamos grandes avanços a registrar na sessão do Congresso, à qual comparecerei, que está marcada para as 10 horas da manhã.
Muito obrigado a V. Ex^a pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Obrigado, Senador. Deputado Otavio Leite, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Eminente Deputado Odair Cunha, quero, primeiro, congratular-me com V. Ex^a, cumprimentá-lo pela presidência dessa sessão, ao tempo em que também enfatizo a nossa anuência, a nossa concordância com as palavras do Deputado Gilmar Machado.

De fato, amanhã, às 10 horas da manhã, estaremos aqui, republicanamente, para cumprir o nosso mister, o nosso dever de votar projetos que são importantes para o Brasil.

Sabemos que o Governo padece de muitas dificuldades; a arrecadação, neste exercício, foi 80 bilhões a menos do que se supunha. Mas, de qualquer maneira, nas dotações que são imprescindíveis para prosseguimento de obras, para custeio de órgãos públicos, numa perspectiva do que seja a função do Estado, estaremos sempre de acordo.

O Orçamento está por ser votado na Comissão, estamos em tratativas finais, e penso que todos vamos convergir amanhã para o desaguar, o desfecho constitucional que nos é devido.

Eu queria cumprimentá-lo e agradecer a todos.
Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Agradecendo aos Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, suspendo a sessão para reabri-la amanhã, dia 22, às 10 horas da manhã.

Muito obrigado.

(Suspensa às 23 horas e 26 minutos do dia 21 de dezembro de 2009, a sessão é reaberta às 11 horas e 34 minutos do dia 22 dezembro de 2009.)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Está reaberta a sessão.

Nós ainda não temos o acordo para a votação, embora já tenham avançado muito aí todas as tratativas em relação aos créditos, em relação ao Orçamento da União para o ano de 2010.

A Comissão de Orçamento terá que reiniciar os seus trabalhos ao meio dia. Portanto, nós vamos, ao tempo em que reabrimos reabrindo aqui, suspender, já, imediatamente, esta sessão, reconvocando-a para as 15 horas do dia de hoje.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Antes, porém, eu queria já alertar aqui a V. Ex^{as}, para que fosse publicado também, que a Presidência comunica que a sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada à instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizar-se-á no dia 2 de fevereiro de 2010, terça-feira, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

Então, já fica aqui registrado que a sessão de instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária se realizará no dia 2 de fevereiro de 2010, terça-feira, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados – sessão do Congresso Nacional.



O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Arnaldo Madeira; depois Deputado Wilson Santiago.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana retrasada, levantei uma questão de ordem junto a V. Ex^a a respeito do quórum da Casa. Na ocasião, V. Ex^a me deu resposta verbal, e posteriormente encaminhei por escrito a mesma questão de ordem. Pela abertura desta Sessão, vejo que V. Ex^a não tem ainda a resposta à questão de ordem encaminhada por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não, ainda não.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP) – Então, quero registrar aqui, Sr. Presidente, e será minha única manifestação nesta sessão, que considero totalmente ilegal a forma como nós estamos realizando os trabalhos, seja para a aprovação dos créditos, seja para a aprovação do Orçamento. Fugimos totalmente às regras escritas.

Portanto, simplesmente registro esta minha postura. Sei que há um entendimento entre os Líderes para esse procedimento, mas, insisto, em registrar aqui minha discordância e quero que V. Ex^a considere e aponte em ata que votarei contra todas as matérias a serem apreciadas nesta sessão. Registro também a irregularidade do quórum de hoje ser uma transferência do quórum de quarta-feira da semana passada.

Fica o registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Está consignado, Deputado Arnaldo Madeira.

Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que esta Casa está no momento de reconhecer que o País precisa, na verdade, de muitas das decisões positivas do Congresso Nacional.

Só para citar um exemplo, Sr. Presidente, a respeito de alguns créditos constantes da pauta – e são créditos de investimento – não existe discordância de partido nenhum. Tanto é verdade que não existe nenhuma emenda, apresentada por nenhum parlamentar, a determinados recursos destinados a determinadas obras em vários Estados da Federação.

Nós temos o exemplo aí do crédito 31. Existem nesse crédito recursos para a conclusão de três rodovias federais na Paraíba. Não foi oferecida nenhuma emenda por nenhum Parlamentar, de Estado nenhum da Federação, contra esses recursos destinados a essas rodovias.

E, apesar disso, esta Casa vem dificultando a aprovação desse crédito, prestando um desserviço ao Estado da Paraíba. E nós não podemos concordar com isso, ou seja, que ninguém apresente nenhuma emenda a nenhum crédito, o que demonstra que não se tinha interesse no que se refere à retirada dos recursos dessas rodovias, e ficamos com sessões e mais sessões sendo prorrogadas e sem esta Casa deliberar sobre essa matéria.

Eu acho que a Presidência... V. Ex^a, por exemplo, poderia convidar ou digo até ouvir os integrantes desta Casa, no dia de hoje, já que não suportamos mais os sucessivos adiamentos; e perguntar se alguém tem algum posicionamento contrário a esses créditos e que não tenha emenda contestando. Por essa razão, aprovaríamos e, a partir de então, avançaríamos em alguns desses créditos, em alguns desses investimentos para vários Estados da Federação.

Era essa a ponderação que faria a V. Ex^a. Entendo-a como lógica, entendo-a como essencial, e nós apenas cumpriríamos com o nosso dever e nossa obrigação de votarmos as matérias, de prestarmos conta à sociedade brasileira. Aqui estamos para trabalhar e para cumprir aquilo que, na verdade, é o nosso dever e nossa obrigação. E não obstruirmos, dificultarmos até as matérias em que não existe contestação, em decorrência de interesses de Estado A ou B, de Parlamentar A ou B, ou até de grupo A ou B pelo Brasil afora.

Era esta a ponderação que faria a V. Ex^a: que V. Ex^a ouvisse os integrantes dos partidos políticos, aproveitando esta oportunidade em que a sessão está aberta e a pauta está nas mãos de V. Ex^a. É de ouvir, por exemplo, se alguém seria contrário ao crédito 31. Se não, nós aprovaríamos; se outros existissem, também seguiríamos o mesmo raciocínio; e, no final, aqueles sobre os quais não se tem entendimento, ficariam para a sessão das 15 horas.

Era só, Sr. Presidente.



O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado José Genoíno, por favor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante, nesta manhã de terça-feira, registrar que ontem a Comissão de Orçamento trabalhou até meia-noite. Foi um trabalho eficiente e importante, e nós estamos nos preparando para votar os créditos suplementares e o Orçamento.

Eu acho que é importante o acordo, é importante se chegar a uma conclusão no dia de hoje. Todos os anos, inclusive nos governos anteriores... E nós temos um exemplo... Respeito a posição do Deputado Arnaldo Madeira, mas o Deputado Arnaldo Madeira foi Líder do governo anterior. E quantas vezes a gente teve que votar o Orçamento no governo anterior, do qual era o Líder, fazendo acordos transparentes, públicos?

Nós estamos aqui em processo de construção. Na Comissão de Orçamento, há um processo absolutamente transparente. No plenário, estamos discutindo a possibilidade de viabilizar esse acordo e votar o Orçamento.

Seria muito ruim para a Câmara....

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) –... não votar o Orçamento no dia de hoje. Nós temos até meia-noite para votar o Orçamento. E a votação desse Orçamento e dos créditos não se está dando por nenhum casuísmo. A Comissão está votando, o debate está ocorrendo, os destaques estão sendo apresentados, as reivindicações são públicas, e nós podemos deliberar.

O que eu discordo é não votar o mérito do Orçamento e dos créditos. Votar o Orçamento e os créditos suplementares é da essência, é da natureza do Parlamento.

É por isso que estamos aqui nos esforçando, com a oposição, para resolver – e acho que vamos resolver – com paciência, com moderação, sem ir para o tudo ou nada. Poderemos chegar a uma boa conclusão.

Por isso, faço este apelo aos Deputados, estamos aqui para votar, temos número expressivo. A Comissão Mista de Orçamento funcionou bem, temos todas as condições para votar. Não há casuísmo, é um processo transparente, em conformidade com as regras que têm sido seguidas todos os anos, seja no nosso governo ou em governos anteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP) – Fui citado aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra o Deputado Lira. Depois passarei a palavra para o Deputado Madeira.

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, de ontem para hoje surgiu um alento para muitos policiais militares e bombeiros militares do Brasil: teria havido um acordo para a votação do PLN nº 91. No entanto, hoje pela manhã, às 10 horas, quando estávamos aqui preparados para iniciar a sessão, sofremos um golpe ao saber que esse acordo, aparentemente, foi rompido por algum problema na esfera do Senado da República.

Quero pedir, quero solicitar a todos os Líderes novamente, especialmente no âmbito do Senado da República, que não deixem de incluir no acordo de votação o PLN nº 91. Na verdade, ele propiciará um Natal mais decente, uma mesa mais farta para os policiais militares e bombeiros militares devido à possibilidade de pagamento da Bolsa-Formação. Mas não é só, há muitos outros elementos importantes nesse crédito suplementar que favorecem a Polícia Rodoviária Federal, o Fundo Penitenciário Nacional, o Fundo Nacional de Segurança Pública, o Ministério da Defesa, o Comando da Força Aérea, o Comando da Marinha, da Aeronáutica – entre outras coisas, para o atendimento médico e odontológico do pessoal do Exército e de seus familiares.

É um PLN em torno do qual todos parecem estar de acordo, que é extremamente importante para o País e extremamente importante para esses segmentos. Eu peço a todos os Líderes que não percam a oportunidade de incluí-lo no acordo para votação.

Muito obrigado por sua atenção.



O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pela ordem, Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria propor à Presidência e aos demais Líderes que suspendêssemos a sessão, porque nós temos o compromisso de votar o Orçamento na Comissão de Orçamento, e já é o momento da apresentação do relatório lá.

Como já está marcada aqui a retomada dos trabalhos para as 15 horas...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nós vamos proceder assim, Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – ... seria prudente que pudéssemos cumprir esse horário, inclusive porque o prazo vai ficando exíguo para todos os procedimentos que temos de adotar hoje.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Madeira, um minuto; depois, um minuto para o Deputado Valverde e vou encerrar.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nós vamos suspender, gente.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer o seguinte: nós procuramos sempre, no passado, seguir os prazos de publicação. Os prazos entre sair da Comissão de Orçamento e vir para o plenário sempre eram seguidos, tendo em vista a questão da transparência.

O Orçamento sempre foi votado em cima de um acordo. O que eu estou questionando aqui é o fato de nós estarmos com o *quorum* de uma semana atrás – visivelmente, não temos *quorum* nas duas Casas hoje – e de não estarmos cumprindo os prazos que foram colocados por conta da abertura.

Junte-se a isso o fato de que nós tivemos inovações, que vieram por emendas constitucionais – e eu nem estava aqui, estava licenciado na época –, tipo essa que encerra os trabalhos no dia 22 e acaba com a convocação extraordinária. Então, nós criamos regras que acabam dificultando nossa própria ação e, aí, não cumprimos a regra para poder ter resultados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Madeira.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nível de entendimento aqui tem de ser razoável, porque há obras paralisadas, programas que foram sustados, a Amazônia está sofrendo as consequências da não-aprovação do PL nº 92, da Suframa. Há recursos contingenciados há dois anos, foi liberada a primeira parcela, mas a segunda, por conta da crise internacional, não foi liberada em 2008. Com isso, desde o início do ano, todos os projetos... Há diversas cidades amazônicas no Siconv, somente aguardando esse PL. A Suframa aguarda; diversos municípios ribeirinhos longínquos da Amazônia Legal estão aguardando a aprovação do PL nº 92. É insensibilidade nossa ficar postergando a votação dos PLs, pois isso acaba prejudicando populações inocentes que estão dependendo do Congresso Nacional para receberem investimentos mínimos no final do ano.



O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Cláudio Cajado, para uma questão de ordem.

Vou suspender. Quero avisar aos senhores que não adianta ficarem se inscrevendo. Temos de suspender esta sessão para que comecem os trabalhos na Comissão de Orçamento e possamos retornar aqui às 15 horas.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Era justamente isso, Sr. Presidente, que eu ia pedir a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Então já está pedido, Deputado Cláudio Cajado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Hoje é o último dia da sessão legislativa. Se não formos à Comissão do Orçamento votar o relatório final para podermos produzir autógrafos, publicá-los e vir a plenário no final da tarde/início da noite, nós não iremos avançar. Hoje é o último dia de prazo que temos para votar todas as matérias. Portanto, eu pediria a V. Ex^a objetividade em nossos trabalhos, pediria que concretizasse a suspensão da sessão neste momento e nos liberasse para ir à Comissão de Orçamento. Se a palavra ficar sendo franqueada, não poderemos evoluir.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT – PR) – Era isso, Sr. Presidente, vamos ao trabalho na Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vou suspender neste momento.

Está suspensa a sessão. Retornaremos às 15 horas.

Muito obrigado aos Srs. Parlamentares. Às 15 horas todos terão espaço para falar, fazer suas considerações. Às 15 horas nós retornaremos nossos trabalhos.

Está suspensa esta sessão.

(Suspensa às 11 horas e 38 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 32 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vamos reabrir a sessão do Congresso Nacional.

Está reaberta a sessão.

Como houve, pelas informações, entendimento para votação dos créditos de alguns PLNs, peço a V. Ex^{as} que informem à Mesa quais são os créditos, os PLNs que estão prontos, acordados, para nós votarmos.

Vamos passar imediatamente à Ordem do Dia.

O Senador Arthur Virgílio queria falar?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, nós temos acordo sobre diversos créditos: 9, 28, 31, 35, 39, 42, 43, 48, 49, 58, 65, 68, 70, 72, 76, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 98. São 25 PLNs. Tem um que está, o 91, em discussão entre o Ministro Padilha e a Senadora Lúcia Vânia, que trata do Pronasci, e tem também recursos lá para a Força Aérea. E as demais matérias estão sendo discutidas também.

Mas eu aproveito, Sr. Presidente, para fazer uma comunicação muito breve à Casa, como havia falado a V. Ex^a, dizendo que não sei se isso divide ou se isso soma, mas estou muito contristado com esse episódio que envolve esse jovem atleta do Botafogo chamado Jobson, que foi duas vezes apanhado em flagrante com cocaína no sangue – isso é um fato – e está para ser banido do futebol.

Há uma tendência da medicina esportiva para tratar isso com mais humanidade. Ou seja, o jornalista eventualmente viciado em cocaína, o jornal o trata e ele continua trabalhando no próprio jornal; um funcionário público também, qualquer profissional enfim. O jogador de futebol, se for excluído, ele simplesmente vai para a sarjeta mesmo e fica sem nenhuma possibilidade de recuperação na vida.

Então, eu pediria que isso fosse olhado com muita atenção pelo Parlamento e pelas pessoas que poderão punir um jovem que não terá mais nenhuma alternativa.

Não foi assim que Maradona foi tratado na Argentina.

Por outro lado, há dúvida sobre se cocaína é *doping*. É uma droga, uma droga maldita que só leva para baixo. Se ele fez gols decisivos que classificaram o Botafogo – e olhem que eu sou Flamengo –, ele não fez esses gols porque estava com cocaína no sangue; ele poderia ter feito mais gols. Cocaína só arrasa, só desmoraliza, só liquida. Então, para ele o tratamento não é o banimento, mas é a clínica, é a assistência da família. Qualquer família quando tem um filho nessa situação trata do filho, não o expulsa de casa. Portanto, entendo que devemos ter um tratamento muito humano.

Trago aqui – e fui ao Wikipédia para ver – que já tivemos Garrincha, alcoólatra. Tem outro jogador alcoólatra, George Best, que foi campeão em tudo que se imagina na Inglaterra. Era um irlandês que, no Reino Unido, foi o maior jogador de todos os tempos. E havia um ditado que dizia o seguinte: “Maradona good; Pelé better, George Best”. Lá eles tinham a pretensão de dizer que George Best chegava a ser melhor do que o Pelé. E, antes de George morrer, Pelé, por condescendência, por compaixão, mandou a ele um bilhete dizendo que era um



bilhete desejando muita sorte a ele, assinado pelo segundo maior jogador do mundo, que era o Pelé. George Best morreu muito mal. Morreu com cirrose, com câncer no fígado, ou algo parecido.

Em outras palavras, não entendo que se deva dar esse tratamento. Acusaram injustamente a atleta Maurren Maggi de ter-se dopado porque ela havia usado algo que tinha uma substância proibida para depilar as axilas. Ela tanto não estava dopada que, depois, sem nada, foi a campeã que foi. Quem jogou dopado foi o Ben Johnson, que nunca mais repetiu a *performance*. A Maurren merece as desculpas de todos nós, da Nação brasileira, que tanto deve a ela.

Portanto, esse moço, com 21 anos... Liquidar-se a vida dele, liquidar-se a carreira dele, não lhe dando nenhuma chance a não ser a de se embrenhar no tráfico, se embrenhar no crime, em mais drogas, me parece uma brutal crueldade, e até uma grande hipocrisia por parte das autoridades esportivas.

Quero fazer este desabafo aqui, não deixar o ano passar sem fazer este desabafo, porque entendo que é uma forma conservadora de se ver essa questão. A forma correta, humana é se procurar dar a ele todas as chances de fazer a única coisa que ele sabe fazer, e faz bem, que é jogar futebol.

Portanto, eu queria comunicar à Casa esse sentimento meu, que, enfim, é um desabafo. Mas me dá muita dor saber que podemos dar as mãos a uma pessoa que está decaindo e, ao contrário, por hipocrisia, empurramos essa pessoa para o buraco negro das drogas, do tráfico e do crime.

Que se salve esse moço e que se cuide dele! A prática é horrível: não combina droga com esporte. Agora, não combina esporte saudável com hipocrisia, e o que estão fazendo com ele não é mais, nem menos, do que uma grande crueldade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me deu.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. A Mesa se solidariza com o seu pronunciamento. Vamos fazer chegar, inclusive, às autoridades desportivas o seu pronunciamento, com a solidariedade da Mesa do Congresso Nacional.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de registrar que também sou solidário. Acredito que todos nós, congressistas, somos solidários ao apelo de natureza humana que o Senador Arthur Virgílio faz por esse jogador, que tem a solidariedade expressa de todos nós, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

Deputado Claudio Cajado, com a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaríamos de aqui confirmar o acordo feito com a Liderança do Governo e estamos dispostos a iniciar a votação de todos os 26 projetos que já foram nominados pelo Senador Arthur Virgílio. Esperamos que, até o final das votações, o 91 também esteja incluído nesse rol, para que possamos finalizar, nesse momento, as votações desses créditos suplementares.

E proporia, Sr. Presidente, se V. Ex^a aquiescesse, um procedimento que fizemos na última sessão do Congresso em que votamos PLNs, ou seja, V. Ex^a anunciaria os PLNs e, como já estão acordados e todos os Congressistas aqui já têm conhecimento da matéria, poderíamos não discuti-los. Apenas anunciavam-se e, caso houvesse algum encaminhamento a ser feito, que se procedesse ao encaminhamento, e V. Ex^a colocaria em votação. Por quê? Já são praticamente 15h40; estamos com reunião marcada na Comissão de Orçamento para às 16 horas; obviamente, em 20 minutos, não iremos proceder à votação de todos esses créditos que estão acordados. Mas, de forma a sermos mais céleres, quanto mais rápido votarmos aqui, mais rápido estaremos lá, na Comissão de Orçamento, para procedermos à votação do adendo do relatório e dos destaques.

Quero lembrar ao plenário que, realizada a votação na Comissão de Orçamento, temos de fazer o autógrafo desse relatório para trazer ao plenário. Temos, hoje, até meia-noite para votarmos o Orçamento aqui, no plenário.

Portanto, o tempo está extremamente escasso, e, se formos discutir cada um desses PLNs, haverá por demasiado um gasto de tempo, e poderemos comprometer a votação do Orçamento.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vamos à votação então.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Só queria uma informação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS.) – Pois não.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A título de clareza do processo, o nosso Senador Arthur Virgílio, do PSDB, leu o rol de PLNs acordados. Gostaria de pedir a V. Ex^a, se a assessoria da Mesa tomou nota, para que pudéssemos novamente passar por todos eles, ratificar cada um, para que possamos dar seguimento ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, vamos lá!

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só queria uma informação, porque não consegui exatamente captar. O PLN nº 84, que trata de recursos para a Embratur de R\$292 mil, está incluído nessa relação que não pude ver?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não, está fora, pela informação que foi dada.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Poderia ser incluído, então. Pediria a sensibilidade dos líderes.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS.) – Os PLNS acordados são os de nºs 09, 15, 28, 31, 35...

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Sr. Presidente, o 15 já foi votado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – O 15? Não, não foi votado. Ela está dizendo que está pendente ainda.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS.) – Ele está prejudicado. Então, ele tem que vir para nós...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – O.k.! Está acordado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS.) – Então: 09, 15, 28, 31, 35, 42, 39, 43, 48, 49, 58, 65, 68, 70, 72, 76, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 92, 93, 94 e 98.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, uma indagação que faço a V. Ex^a: por que o 84 não está incluído nessa relação, já que não é um projeto polêmico?



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – V. Ex^a pergunte aos líderes que apresentaram a proposta dos projetos em que se chegou a acordo.
Em votação.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$4.987.500.000,00 (quatro bilhões, novecentos e oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais), para o fim que específica, e dá outras providências.*

Ao projeto de lei foi apresentada uma emenda.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado Assis do Couto, para proferir o parecer. (*Pausa.*)

Deputado Gilmar Machado, portanto, para proferir o parecer.



PARECER Nº 102, DE 2009 – CN

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós votamos pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

É o seguinte o parecer na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT/RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 15, de 2009, do Congresso Nacional, que *altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado Jilmar Tatto, para proferir parecer.



PARECER Nº 103, DE 2009 – CN

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a LDO 2010 tornou necessária a modificação do PL nº 15, de 2009, que está em análise, de modo a possibilitar que a Lei Orçamentária de 2009 pudesse, desde já, ser compatibilizada com a nova metodologia.

Com esse propósito, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 63, de 2009, em 17 de setembro, por meio da Mensagem nº 134, que solicita a modificação do PL nº 15, na forma do citado PL nº 63.

Nesse sentido, tendo em vista a disposição desse Projeto de Lei nº 63, de 2009, ora em tramitação no Congresso Nacional, somos pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 15.

É o seguinte o parecer na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Deputado.

O parecer concluiu pela prejudicialidade do projeto.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Votação do projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Arquivo.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 28, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento os Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito especial no valor de R\$78.800.615,00 (setenta e oito milhões, oitocentos mil, seiscentos e quinze reais) para os fins que especifica.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao Deputado João Dado, para proferir o parecer.



PARECER Nº 104, DE 2009 – CN

O SR. JOÃO DADO (PDT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 28, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado João Dado.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$277.207.100,00 (duzentos e setenta e sete milhões, duzentos e sete mil e cem reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

Ao projeto foram apresentadas 70 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Andrade, para proferir o parecer.



PARECER N° 105, DE 2009 – CN

O SR. ANTÔNIO ANDRADE (PMDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o relatório foi feito.

Voto. Foram apresentadas 70 emendas, e as emendas de número...

(Pausa.)

Um momento, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Passa para outro PL, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:



O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, ele está concluindo aqui o relatório, porque tem uma modificação que veio e que ele está acertando. Então, nós podíamos passar para o próximo e, depois, retornaremos ao nº 31.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Alguma objeção?

(Pausa.)

Não. Então, passamos para o final da lista. O próximo.

Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2009

Discussão, em turno único, do PL nº 35, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor do Banco da Amazônia S. A. – BASA, da Caixa Econômica Federal – CAIXA, do Banco Nossa Caixa S. A. – BNC, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, crédito especial no valor total de R\$256.205.237,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e cinco mil e duzentos e trinta e sete reais), para os fins que especifica.

Ao projeto de lei foram apresentadas três emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado Cleber Verde, para proferir parecer.



PARECER Nº 106, DE 2009 – CN

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou direto ao voto.

Voto. Do exame do projeto, verificamos inicialmente que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e sua conformidade com as Disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009.

Quanto às emendas, não obstante o mérito e a relevância das proposições, optamos pelo seu não acolhimento, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto e possibilitar a realização dos investimentos necessários para assegurar o bom desempenho operacional das empresas beneficiárias.

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas apresentadas.

É o relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 39, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R\$77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais), para o fim que especifica.*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado Eudes Xavier, para proferir o parecer. (*Pausa.*)

Ao Deputado Gilmar Machado, portanto, para proferir o parecer.



PARECER Nº 107, DE 2009 – CN

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 39, na forma proposta pelo Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado.
O parecer do Deputado Gilmar Machado, portanto, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PT – RS) – Pois não, Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Nós não vamos pedir verificação, mas nós vamos votar contra esse PLN.

O PSDB vê nesse PLN uma inconveniência: num momento de tantas prioridades que o País tem de tratar, esse PLN destina recursos para a aquisição da Embaixada, do Consulado, na Inglaterra. Nós vamos nos posicionar contra a aprovação do projeto.

Essa é a orientação do PSDB sobre esse PLN.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Encerrada a discussão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, os democratas, de igual forma, acham um absurdo disponibilizar mais de R\$48 mil por metro quadrado para se adquirir um prédio para a Embaixada do Brasil lá em Londres. Portanto, a orientação também é contrária, mas não iremos oferecer nenhum tipo de dificuldade para a votação.



O SR. JILMAR TATTO (PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do PT é favorável. O Brasil tem vocação para ser grande e precisa se relacionar com todos os países, independentemente de serem países ricos ou pobres. A gente precisa se posicionar no mundo, e é muito importante para o Brasil e para o povo brasileiro que a gente possa ter esse imóvel, em função da importância cada vez maior que tem o Brasil no mundo. Por isso é que nós somos favoráveis a esse PLN.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.
Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrada a
discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos
Deputados.

As Sr^{as}. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram
permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram
permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 42, de 2009, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R\$20.300.000 (vinte milhões e trezentos mil reais) para os fins que especifica e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas 21 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Gerardo para proferir parecer.



PARECER Nº 108, DE 2009 – CN

O SR. ZÉ GERARDO (PMDB – CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto ao voto.

Voto pela rejeição das emendas apresentadas e voto o parecer de acordo com o projeto que veio do Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Mais. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Zé Gerardo.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as}. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 43, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 43, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$69.646.000 (sessenta e nove milhões seiscentos e quarenta e seis mil reais) para reforço de dotações orçamentárias constantes da lei orçamentária vigente.*

Ao projeto foram apresentadas 46 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra à Deputada Gorete Pereira para apresentar seu relatório.



PARECER Nº 109, DE 2009 – CN

A SRª GORETE PEREIRA (PR – CE. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, diante do exposto, pela aprovação do Projeto nº 43, de 2009, na forma proposta pelo Executivo, sendo inadmitidas as emendas nºs 24, 33, 37, 40 e 41 e pela rejeição das demais emendas apresentadas à proposição.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputada Gorete Pereira.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e pela inadmissibilidade das emendas n°s 24 a 33, 37, 40 e 41 e rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1°

Secretário.

Deputado Inocêncio Oliveira, por favor.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTOS N°S 32 A 35, DE 2009 – CN

(Votação em separado das emendas n° 17 a 20 ao PLN n° 43/2009)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Inocêncio Oliveira.

Há também aqui um requerimento do Deputado Gilmar Machado para votação, em globo, dos destaques que aqui foram apresentados.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009

Em votação o requerimento de votação, em globo, do Deputado Gilmar Machado, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que forem pela aprovação do requerimento queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação, no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que forem pela aprovação do requerimento do Deputado Gilmar Machado queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à votação em globo dos quatro requerimentos de destaque.

Em votação, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que forem pela aprovação dos requerimentos queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Democratas contra.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Rejeitado.

Em votação, no Senado. (*Pausa.*)

Rejeitado na Câmara, deixa de ir ao Senado.

Então, não há requerimento de destaque aprovado.

Vamos à votação do projeto.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação, no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 48, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor de R\$31.150.175 (trinta e um milhões cento e cinquenta mil cento e setenta e cinco reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

Ao projeto de lei foram apresentadas 27 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado para proferir o parecer.



PARECER Nº 110, DE 2009 – CN

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer, portanto, concluiu pela apresentação de substitutivo, incorporando parcialmente os textos das Emendas nºs 7, 8, 10, 12 a 18, 21, 22, 23, 26 e 27 e inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 6, 9, 11, 19, 20, 24 e 25.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, de 2009 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$1.430.000 (um milhão quatrocentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas 22 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Gerardo para proferir parecer.



PARECER Nº 111, DE 2009 – CN

O SR. ZÉ GERARDO (PMDB – CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto ao voto.

Rejeito as emendas apresentadas e aprovo o projeto da forma como veio do Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Zé Gerardo.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e pela inadmissibilidade das Emendas n^{os} 2 a 22 e pela rejeição da Emenda n^o 1.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 58, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 58, de 2009 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$13.570.912,00 (treze milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e doze reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.

Ao Projeto de Lei foram apresentadas 34 emendas. Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Andrade para proferir parecer.



PARECER Nº 112, DE 2009 – CN

O SR ANTÔNIO ANDRADE (PMDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 58, de 2009, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer, portanto, conclui pela aprovação do projeto e inadmissibilidade das Emendas n^{os} 2 a 11 e n^{os} 13 a 34 e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto nos termos do parecer na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – **Item :**

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 65, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 65, de 2009 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica.

Ao Projeto foram apresentadas duas emendas. Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Dado para proferir parecer.



PARECER Nº 113, DE 2009 – CN

O SR. JOÃO DADO (PDT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto às emendas apresentadas ao presente projeto de lei, em que pese considerar o mérito constante das mesmas, as referidas proposições não poderão ser consideradas admitidas, eis que conflitam com o disposto no art. 109, I, da Resolução nº 1, de 2006, na medida em que propõem destinar recursos em favor de programações relativas à unidade orçamentária não contemplada no presente crédito.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 65, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo, inadmitindo-se as Emendas de nºs 1 a 2, então apresentadas.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. ZONTA (PP – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado João Dado.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e inadmissibilidade das emendas apresentadas.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente, só para um comentário. Nós entendemos que se existe um acordo entre Governo e UNE para dar recursos para reconstruir, ok, está entendido. Mas o que não se pode é depois usar de desculpa para não aumentar o valor disponível para dar o reajuste ao aposentado. Eu só queria fazer essa referência.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Esse projeto, Sr. Presidente, destina R\$30 milhões de reais à UNE, à União Nacional dos Estudantes, para indenizá-la em relação a um prédio que foi, na época passada, destruído. Portanto, estamos votando e esperamos que a entidade aplique com correção esses recursos. Então, as Oposições, especificamente os Democratas, estão dando a contribuição de ajudar a liberar esses recursos, mas estamos na expectativa, Sr. Presidente, da boa aplicabilidade dos recursos.



O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Encaminhamento pela Bancada do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a UNE teve um papel, na história do Brasil, principalmente quando da luta pelo “Petróleo é nosso”, na constituição da Petrobras e pela autonomia do Brasil em relação ao petróleo. Por isso, foi vítima de um momento triste na história do País.

Sendo assim, nada mais justo do que reparar um erro que o Estado brasileiro fez em relação a essa entidade dos estudantes do Brasil.

Por isso, é meritório o que o Governo brasileiro está fazendo em reparar e reconhecer o papel que teve a União Nacional dos Estudantes em relação à administração do Brasil no que diz respeito à defesa da democracia e da liberdade do País.

É meritória a iniciativa do Governo.



O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, repara um erro histórico que a ditadura tentou apagar, destruindo o prédio da UNE. Mas o movimento estudantil é muito maior do que um prédio, pois soube se revigorar, lutar pela democracia e pela Constituinte. E, hoje, todo um arcabouço constitucional voltado para a posição dos direitos humanos deve-se à participação da UNE.

Por essa razão, Sr. Presidente, somos favoráveis ao projeto.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a PEC... entendo até que é meritório.

Agora veja o seguinte: dois pesos e duas medidas. Estão cortando do orçamento da defesa sanitária e agropecuária, que é o que mais exporta as carnes e os lácteos hoje do Brasil, R\$20 milhões. Quer dizer, tem que ter um suplemento de 160 e estão tirando 20 do que já veio do Orçamento.

Veja um mínimo. Não tem País do mundo com o orçamento tão pequeno como o nosso. Agora tira 20 da defesa, Deputado Colatto, Deputado Zonta, para colocar no prédio da UNE. Mas para tirar da defesa, sim. É para fazer o quê? Então, por isso é que é importante. E chamo a atenção e não vamos abrir mão, mais 160 milhões do que veio para a defesa e mais 200 milhões para o seguro. Pelo amor de Deus! Não tem seguro. Agora, o médio e grande agricultor tem seguro no Brasil.

Então, esse é o ponto, além do que veio no seguro, 200 milhões, e também os 160, que são fundamentais para nós na questão da defesa agropecuária.



O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado José Airton.

Sr. Presidente, eu queria ressaltar também a importância desse crédito, o papel que a UNE teve e tem na história do movimento estudantil brasileiro, em defesa da democracia, em defesa das causas libertárias do nosso povo, eu, pessoalmente, que tive uma participação de mobilização na reconstrução dessa entidade importante. E participei do movimento estudantil na época como Presidente, Vice-Presidente dos Centros Acadêmicos Unificados das Engenharias Civil, Elétrica e Mecânica e participamos desse processo histórico da construção, ou reconstrução, dessa entidade tão importante do nosso povo.

Por isso, queria aqui ressaltar esse momento histórico que estamos aprovando aqui, esse crédito para a reconstrução dessa entidade tão importante do movimento estudantil, que representa uma esperança de toda uma juventude, de gerações e gerações, que deram a contribuição para que o Brasil, hoje, vivesse esse momento tão magnífico da democracia brasileira, um momento de esperança do nosso povo. E queria ressaltar este momento importante e esse apoio que estamos dando para a reconstrução...



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado,
Deputado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer
sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer
sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PAES DE LIRA (PTC – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Paes de Lira declara o voto contra o PLN nº 65, de 2009.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem. Na votação da LDO, eu pediria que o senhor respondesse a questão de ordem, porque é a última sessão do ano e ela está pronta para ser respondida.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – No final, Deputado Ricardo Barros, eu vou responder o seu questionamento, a sua questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 68, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 68, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado para proferir o parecer.



PARECER Nº 114, DE 2009 – CN

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto tem a finalidade de estimular o aumento de investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelo Finep.

Portanto, somos favoráveis ao projeto na forma como enviada pelo Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados (*Pausa.*)

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 72, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 72, de 2009 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Encargos financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$15.959.834,00 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais), para os fins que especifica.

Ao projeto de lei foram apresentadas 59 emendas, dependendo de parecer de plenário.

Concedo a palavra à nobre Deputada Gorete Pereira para proferir o parecer.



PARECER Nº 115, DE 2009 – CN

A SRª GORETE PEREIRA (PR – CE) – Pela aprovação do Projeto de Lei nº 72, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Eu gostaria de dizer que esse projeto é muito importante e teve um empenho muito grande do Deputado Vicentinho, que vai beneficiar a cidade de Palmas, que está de parabéns por ter um Deputado como S. Exª e um Senador também muito bom, o Senador João Ribeiro.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputada Gorete.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento para votação em globo dos requerimentos...

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Inocêncio Oliveira.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Inocêncio Oliveira.

Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Em votação, no Senado Federal.

Não vai ao Senado.

Muito bem, vamos ao projeto.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Pela ordem Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a pulou o PLN nº 70.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vou votar agora o 70.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Eu quero pedir a V. Ex^{as}, Srs. Parlamentares que aqui estão, que prestem atenção na votação aqui, quando têm que levantar a mão, baixá-la e votar.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item...

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 70, DE 2009

Discussão, em turno único, do PLN nº 70, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), para os fins que especifica.

Ao projeto de lei foram apresentadas 52 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jilmar Tatto para proferir o parecer.



PARECER Nº 116, DE 2009 – CN

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 70, de 2009, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo. É pela indicação à inadmissão das Emendas nºs 1, 16, 19, 41 e pela rejeição das demais emendas apresentadas à proposição.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e inadmissibilidade das Emendas n°s 1, 16, 19, 41 e rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item...

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 76, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 76, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$75.501.000,00 (setenta e cinco milhões, quinhentos e um mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

Ao projeto de lei foi apresentada uma emenda, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde, para proferir o parecer.



PARECER Nº 117, DE 2009 – CN

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço vênua para ir direto ao voto.

Somos pela aprovação do PLN nº 76, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Infelizmente, temos que rejeitar a Emenda nº 1 apresentada, pela inadmissibilidade e incompatibilidade financeira.

Então, esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item...

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 81, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 81, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$11.590.361,00 (onze milhões, quinhentos e noventa mil, trezentos e sessenta e um reais), para os fins que especifica.*

Ao projeto de lei foram apresentadas 14 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp para proferir parecer.



PARECER Nº 118, DE 2009 – CN

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ao projeto de lei em análise foram apresentadas 14 emendas. Propomos a inadmissão da Emenda nº 3, por contrariar o disposto no art. 109, inciso III, alínea *b*, da Resolução nº 1, de 2006, que estabelece que emenda não seja admitida quando propuser em projetos de lei de crédito especial e suplementação de dotação já existente em lei orçamentária. Rejeitamos as demais emendas, em que pese o mérito objetivando manter a coerência programática do crédito especial proposto.

VOTO

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido de aprovação do Projeto de Lei nº 81, de 2009, nos termos proposto pelo Poder Executivo.

É o voto do Senador João Ribeiro que, com satisfação, relato *ad hoc*.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. O parecer concluiu pela aprovação do projeto e inadmissibilidade da Emenda nº 3 e a rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação do projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item...

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 83, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 83, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministério da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$1.277.680.344,00 (um bilhão, duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e quarenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas 76 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado para proferir parecer.



PARECER Nº 119, DE 2009 – CN

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de ler meu voto, só queria destacar aqui o empenho de todas as Lideranças – no Senado, queria ressaltar os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, e na Câmara, os Deputados Narcio Rodrigues e Cláudio Cajado – e da base, que realmente possibilitaram o entendimento para que pudéssemos votar este importante projeto das universidades brasileiras e vários outros itens tão importantes para a educação do País.

Quero agradecer ao Deputado Leandro, que representa o PMDB na Comissão, e a todos os Partidos que nos ajudaram a chegar a esse entendimento.

Passo, então, à leitura do voto.

Mediante o exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, indicamos as Emendas nºs 15 a 24 e 66 para inadmissibilidade e votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 83, de 2009, na forma do substitutivo apresentado, com as alterações promovidas pela aprovação da Emenda nº 40 e das emendas de Relator apresentadas neste parecer, rejeitadas as demais emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela apresentação do substitutivo, dando a inadmissibilidade das Emendas nºs 15 a 24 e 67 e pela aprovação da Emenda nº 40 e rejeição das demais emendas apresentadas.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Não, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Ok!

Em discussão o projeto e o substitutivo. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Inocêncio Oliveira.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTOS NºS 38 E 39, DE 2009

(Votação em separado da emenda nº 54 ao PLN nº 83, de 2009.)

(Votação em separado da emenda nº 55 ao PLN nº 83, de 2009.)



O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – De quem são as emendas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Os destaques são do Deputado Wilson Santiago, os dois do Deputado Wilson Santiago.

Sobre a mesa, requerimento de votação em globo, apresentado pelo Deputado Gilmar Machado.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009

Em votação o requerimento, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento apresentado pelo Deputado Gilmar Machado, por favor, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Passa-se à votação, em globo, dos requerimentos.

Em votação os requerimentos, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que os aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Portanto, deixam de ir ao Senado Federal para votação.

Passa-se à votação do substitutivo.

Em votação o substitutivo, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e as Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – O Governo não pode mais reclamar, Sr. Presidente. Aprovamos mais do que um jumbo, foi um A-320.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – A matéria vai à sanção.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item...:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 85, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 85, de 2009, *que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$420.999.637,00 (quatrocentos e vinte milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas 86 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Dado, para proferir o parecer.



PARECER Nº 120, DE 2009 – CN

O SR. JOÃO DADO (PDT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero agradecer ao Senador Efraim Morais, que me permitiu a honra da leitura do voto e de ser o Relator *ad hoc*.

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 85, de 2009, com as alterações promovidas em função da aprovação ou da aprovação parcial de emendas apresentadas.

Com relação às emendas, propomos aos nobres pares, na forma dos Anexos 4, 6 e 7, a inadmissão das de nºs 1, 7, 24, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 75, 76 e 86 (vide Quadro 7) e, por conseguinte, a admissão das demais emendas (vide Quadro 6).

Das emendas admitidas, propomos a rejeição das emendas de nºs 13, 14, 15, 18, 19, 21, 23, 26, 29, 30, 33, 34, 38, 40, 57, 58, 59, 61, 66, 70, 79 e 81 (vide Quadro 6); a aprovação das Emendas de nºs 2, 11, 12, 31, 62, 82 e 85 (vide Quadro 6) e a aprovação parcial das demais emendas (vide Quadro 6).

Esclarecemos que a proposta de atendimento tem por base os cancelamentos compensatórios propostos, havendo sido redistribuídos às emendas aprovadas ou aprovadas parcialmente R\$2 milhões à conta da Funcional Programática 04212091300C90001 – integralização de cotas na Corporação Andina de Fomento (CAF) – e os outros R\$120.569.000,00 à conta da Funcional Programática 1545103101D73001 – apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em ambos os casos, a proposta de atendimento das emendas tem por base recursos oriundos da fonte 300, superávit financeiro.

Cumpramos esclarecer ainda que, com essa proposta de parecer às emendas apresentadas, os quadros anexos ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 85, de 2009, nomeadamente os denominados Anexo I – Programa de Trabalho – Suplementação; e Anexo II – Programa de Trabalho – Cancelamento, passam a figurar na forma dos quadros que se encontram anexos a este parecer, sob igual denominação.

Finalmente, assinala-se que o valor global do crédito proposto pelo Poder Executivo foi mantido, registrando-se, a despeito das alterações propostas, suplementação no montante de R\$420.999.637,00.

É o voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente...

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, em seguida, ao Deputado Colbert Martins.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado João Dado pela leitura do nosso voto, que, na realidade, teve a participação direta dele, foi um Relator não *ad hoc*, mas foi um Relator adjunto meu nesse projeto, e claro que, com todos os efeitos desse Relator e a certeza de que é uma matéria da maior importância, parece-me que o Deputado João Dado era o mais interessado no substitutivo.

Por isso, agradeço à leitura do nosso relatório e peço a aprovação, já que foram ouvidos todos os nossos companheiros. Talvez seja um dos poucos PLNs que estão sendo votados hoje que atendeu a todos os Parlamentares; todos aqueles que apresentaram emendas receberam deste Relator e do Relator João Dado um parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me registrar a presença, entre nós, do ex-Deputado e atual Prefeito de Joinville, Deputado Carlito Merss, que foi Relator desta Comissão e hoje, no dia exato em que estamos aprovando o nosso Orçamento, S. Ex^a aparece.

Um grande abraço, Carlito. É uma satisfação muito grande tê-lo aqui conosco.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado. Um abraço também ao Deputado Carlito Merss pela sua presença aqui conosco. Ele comanda hoje uma das Prefeituras mais importantes do País, a Prefeitura de Joinville.

O parecer concluiu pela apresentação de um substitutivo.

Em discussão o projeto do substitutivo. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção presidencial.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item...:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 86, DE 2009

Discussão, em turno único, do PLN nº 86, de 2009, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$98.671.192,00 (noventa e oito milhões, seiscentos e setenta e um mil, cento e noventa e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas 35 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado para proferir o parecer.



PARECER Nº 121, DE 2009 – CN

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto é extremamente meritório porque disponibiliza recursos para aposentadorias e, principalmente, para a transferência de renda do programa Bolsa Família. Portanto, somos favoráveis da forma como enviado pelo Poder Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – **Item:**

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 87, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 87, de 2009, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas 51 emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Souto para proferir parecer.



PARECER Nº 122, DE 2009 – CN

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 170, de 2009, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 87, que abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor do Ministério da Saúde, crédito no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

A exposição de motivos de 09 de outubro, que acompanha a proposição, informa que o devido crédito visa à inclusão de categoria em programação de Orçamento vigente.

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais, Sr. Presidente.

Infelizmente, Sr. Presidente, a saúde informa que, sendo um projeto muito pequeno, as emendas iriam deturpar completamente seus objetivos. Por essa razão, tivemos que rejeitá-las.

O voto é o seguinte, Sr. Presidente:

Diante do exposto, votamos pela aprovação do projeto de lei, na forma apresentada pelo Poder Executivo, pela indicação à inadmissão das Emendas nºs 1, 14, 24, 26, 30, 42, 46, 48 e 49 e pela rejeição das Emendas nºs 2, 13, 15, 23, 25, 27, 29, 31, 41, 47, 50 e 51, apresentadas à proposição.

Esse é nosso parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado,
Deputado Humberto Souto.

Em discussão o projeto, na forma do parecer do relator. *(Pausa)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – **Item.....**:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 89, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 89, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério da Pesca e da Aquicultura, crédito especial no valor global de R\$293.272.036,00 (duzentos e noventa e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, trinta e seis reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

Ao projeto de lei foram apresentadas vinte e seis emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Novais para proferir o seu parecer.



PARECER Nº 123, DE 2009 – CN

O SR. PEDRO NOVAIS (PMDB – MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 89, de 2009, do Congresso Nacional, abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União, do Ministério da Pesca e Aquicultura crédito especial no valor global de R\$293.272.036,00 (duzentos e noventa e três milhões, duzentos e setenta e dois mil e trinta e seis reais) para os fins que especifica e dá outras providências. Repito o valor, Sr. Presidente, porque é importante: o crédito é de R\$293.272.036,00.

Com relação a esse Projeto de Lei, a Consultoria de Orçamento resolveu escrever uma nota técnica, advertindo o Relator do Projeto sobre uma emenda de Relator que, no meu entender, não deve ser levada em conta, porque a emenda é de valor ínfimo, tendo em vista o valor global do crédito mencionado, que é de R\$293.272.036,00.

Por essa razão, Sr. Presidente, sou favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 89, na forma do substitutivo apresentado, sou pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 e 2 e pela rejeição das demais emendas.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Então, o parecer concluiu pela apresentação de substitutivo.

Em discussão o Projeto e o substitutivo. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. Secretário Inocêncio de Oliveira.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTOS N°S 41 E 42, DE 2009



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Inocêncio de Oliveira.

Sobre a mesa, requerimento para votação em globo dos requerimentos listados, assinado pelo Deputado Gilmar Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Em votação o requerimento do Deputado Gilmar Machado.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos à votação, em globo, dos destaques.

Votação, em globo, dos requerimentos de destaque.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Rejeitados.

A matéria não vai ao Senado, portanto.

Em votação o Substitutivo, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, vamos votar o PLN nº 92? É possível priorizar o PLN nº 92? Estou pronto para relatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – A seu pedido, vamos votar o PLN nº 92 agora.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – *Item.....:*

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 92, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 92, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica.*

Ao Projeto de Lei foram apresentadas seis emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, para proferir o parecer.



PARECER Nº 124, DE 2009 – CN

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, da Comissão de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, é o Projeto de Lei nº 92, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$100 milhões para o fim que especifica.

O Presidente da República, mediante Mensagem nº 175, de 2009, do Congresso Nacional, submete à apreciação do Congresso Nacional, Projeto de Lei nº 92, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$100 milhões para o fim que especifica.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 00283, de 09/10/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha o Projeto de Lei, a solicitação tem por finalidade atender despesa da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para fortalecimento e dinamização das atividades econômicas regionais da Amazônia Ocidental e das Áreas de Livre Comércio de Amapá e de Santana, no Estado do Amapá, viabilizando o apoio de projetos de infraestrutura econômica, social, agroindustrial e turística.

No que tange às Emendas apresentadas, as de nºs 2, 3, 4, 5, 6, entendemos devem ser declaradas inadmitidas, visto que contemplam programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito, o que não é permitido pelo art. 109, inciso I, da Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

Entendemos que a Emenda nº 1 deve ser rejeitada, pois seu acolhimento implicaria a alteração dos objetivos expressos pelo Poder Executivo.

Em razão do exposto, nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto Lei nº 92, de 2009, do Congresso Nacional, na forma em que foi enviado a este Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

É o voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – O parecer conclui pela aprovação do Projeto, pela inadmissibilidade das Emendas n^{os} 2 a 6 e pela rejeição da Emenda n^o 1.

Em discussão o Projeto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devo dizer que o Relator desse Projeto de Lei, por questão de justiça, deveria ter sido o Senador Arthur Virgílio, que é do Amazonas, mas sei que S. Ex^a fará aqui uma exposição muito melhor do que a que fiz.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Marco Maia, o Projeto está muito bem relatado pelo Senador João Ribeiro.

De fato, começa-se a fazer justiça a esse órgão que propicia, ao Polo de Manaus, quando há crise, num momento de crise, um faturamento de US\$25 bilhões, US\$26 bilhões.

Quando não havia crise, chegou-se a US\$34 bilhões. Isso serve para custeio, para movimentar o mínimo da máquina.

Portanto, é justo. Há um contingenciamento que tem sido muito duro, muito rigoroso. Por mim, haveria um acordo em que se liberaria uma parte do que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) arrecada localmente de preços públicos. Portanto, nem é dinheiro do Orçamento. Haveria um acordo para se liberar parte do que se arrecadou para o investimento em toda Amazônia ocidental mais o Amapá. E a outra parte serviria para reforçar o superávit primário, que entendo ser uma medida justa, que nos ajuda a enfrentar bem a relação dívida/PIB, de modo a que o Brasil continue merecendo a confiança dos investidores estrangeiros.

Poderia ser mais, mas esse é um passo. Saúdo esse passo e agradeço aos meus Pares. Agradeço ao Senador João Ribeiro pelo conciso e competente parecer que apresentou. Agradeço a todos, por entender que isso vai servir realmente à Suframa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Para encaminhar a votação da matéria, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT–RS) – Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT- RS) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer da importância dos recursos destinados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Bati nessa tecla de manhã, cedo. Isso liberaria R\$100 milhões para diversos Municípios da região amazônica. É o único investimento que eles terão esse ano.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item ...:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 93, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 93, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$646.938.037,00 (seiscentos e quarenta e seis milhões, novecentos e trinta e oito mil e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao Projeto de Lei foram apresentadas três emendas, dependente do parecer proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Narcio Rodrigues, para proferir o parecer.



PARECER Nº 125, DE 2009 – CN

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vou ler o voto do Relator.

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor, Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, a ser formulada de acordo com o que determina o art. 57 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

No exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria. Quanto às emendas apresentadas, a Emenda nº 2 oferece como cancelamento compensatório programação que não consta do projeto de lei, devendo ser inadmitida nos termos da alínea “a” do inciso II do art. 109.

No que se refere às Emendas nºs 1 e 3, em que pesem os méritos de suas iniciativas, decidimos rejeitá-las no mérito, considerando que o acatamento dos pleitos prejudicaria as programações indicadas como cancelamento, conforme argumentos apresentados na exposição de motivos.

Por tais razões, propomos os seguintes votos às emendas apresentadas: pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Valter Pereira; pela inadmissibilidade da Emenda nº 2, cujo autor é o Deputado Claudio Cajado; pela rejeição da Emenda nº 3, cujo autor é o Deputado Alex Canziani.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 93, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o voto do Relator.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Narciso Rodrigues.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do Projeto, pela inadmissibilidade da Emenda nº 2 e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o Projeto.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que esse projeto prevê a continuidade do sistema de virtualização do Superior Tribunal de Justiça (STJ), finalizando, acabando, extinguindo os processos com capa. Ficam todos eles digitalizados e inclusos em computadores.

Então, esse é um projeto extraordinário, que tive a oportunidade de conhecer no STJ. Os Deputados deveriam ter a oportunidade também de conhecê-lo. Quero registrar isso aqui, neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto na Câmara, nos termos do parecer.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Quero ressaltar a presença nesta Casa do nobre Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados. Seja bem-vindo, Sr. Presidentel



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item.....:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 94, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 94, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$257.168.111,00 (duzentos e cinquenta e sete milhões, cento e sessenta e oito mil e cento e onze reais), para os fins que especifica.*

Ao Projeto de Lei foi apresentada uma emenda.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde, para proferir o parecer.



PARECER Nº 126, DE 2009 – CN

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Vou ler aqui, Sr. Presidente, o extensivo voto.

Nosso voto é no sentido de aprovação do Projeto de Lei nº 94, de 2009 – CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo, rejeitando as emendas.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

Em discussão o Projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item.....:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 98, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 98, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$842.967.231,00 (oitocentos e quarenta de dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais) e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$2.249.997.748,00 (dois bilhões, duzentos e quarenta nove milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais), para os fins que especifica.

Ao Projeto de Lei foram apresentadas duas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins, para proferir o seu parecer.



PARECER Nº 127, DE 2009 – CN

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como disse V. Ex^ª, são aproximadamente R\$842 milhões de incremento, de suplementação, e os cancelamentos de R\$2 bilhões ora propostos estão em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerão o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação de cronogramas de desembolso dos respectivos projetos atividades em 2009. Isso diz respeito, Sr. Presidente, à Companhia Docas do Pará; às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A., CeasaMinas; à Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A.; ao Banco do Nordeste do Brasil; à Eletrobrás Termonuclear; às Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás; às Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte; à Eletrosul Centrais Elétricas; a Furnas – Centrais Elétricas; à Companhia de Eletricidade do Acre; à Companhia Energética de Alagoas; à Energética do Piauí; a Boa Vista Energia; às Centrais Elétricas de Rondônia; a Amazonas Distribuidora de Energia; à Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência; à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero.

Sr. Presidente, concluo: diante do que foi aqui relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 98, de 2009, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Agradeço ao Deputado Colbert Martins.

O parecer concluiu, portanto, pela aprovação do Projeto, pela inadmissibilidade da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2.

Em discussão o Projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Quando da apreciação do PLN nº 48, de 2009, foi anunciada a votação do Substitutivo aqui. Entretanto, o Relator, Deputado Gilmar Machado, apresentou parecer pela aprovação do Projeto.

Assim, a Presidência vai submeter o Projeto mais uma vez à votação, refazer sua votação, nos termos do parecer, na Câmara.

Em votação o PLN nº 48, de 2009, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, ficou algum projeto pendente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Tem agora o 31, que havia sido...

Tem acordo para votar o nº 31?

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – O 31, Presidente?



O SR. PRESIDENTE ((Marco Maia. PT – RS) – Item.....:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2009

Discussão em turno único o Projeto de Lei nº 31 do Congresso Nacional, de 2009, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 277.207.100,00 (duzentos e setenta e sete milhões, duzentos e sete mil e cem reais) para os fins que especifica e dá outras providências.*

Ao Projeto de Lei foram apresentadas 70 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Andrade para proferir o seu parecer.



PARECER Nº 105, DE 2009 – CN

O SR. ANTÔNIO ANDRADE (PMDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PL nº 31 foi aprovado com as Emendas nºs 34 e 35, acatando a Exposição de Motivos nº 0313, de 2009, na forma do substitutivo que ora se apresenta.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Na forma do Substitutivo?

Então, o parecer concluiu pela aprovação do Substitutivo e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o Substitutivo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Inocêncio de Oliveira.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTOS NºS 44 A 49, DE 2009

(Requerimento de destaque para votação em separado DVS, objetivando a aprovação da Emenda nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 31, de 2009; requer destaque para votação em separado DVS, objetivando a aprovação da Emenda nº 14, apresentada ao Projeto de Lei nº 31, de 2009; requer destaque para votação em separado DVS, objetivando a aprovação da Emenda nº 16 apresentada ao Projeto de Lei nº 31, de 2009; requer destaque para a votação em separado DVS, Emenda nº 65; requer votação em separado para a Emenda nº 66, apresentada ao PLN nº 31, 2009; requer destaque para votação em separado DVS da Emenda nº 67, apresentada ao PL nº 31, 2009.)



O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente, eu apresentei um destaque e quero informar ao Relator aqui que o destaque que apresentei é apenas para incluir a obra no PPA. Um destaque meu e um destaque do Deputado Gerson Peres não alteram o valor, apenas incluem no PPA.

Então, eu queria pedir ao Deputado Antônio Andrade que acatasse, por favor, os nossos destaques, porque eles não têm alteração de valor, apenas estão incluindo as obras no Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Andrade, V. Exª...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Essa inclusão cabe para todos, Sr. Presidente?

O SR. ANTÔNIO ANDRADE (PMDB – MG) – Sr. Presidente, não é possível acatar o destaque feito que é incluir no PPA. É um crédito cujo destaque não dá para acatar. Foi rejeitado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Estão todos rejeitados não é?

Então nós vamos prorrogar a sessão do Congresso Nacional por mais... Até a meia noite do dia de hoje.

Nós estamos esperando a votação das matérias



O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não!

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Já acabou a votação do 31, não é isso? Já concluiu?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não acabou, vamos concluir agora.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Perfeito.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Deixa acabar primeiro.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nós temos aqui o requerimento de V. Ex^a, Deputado Gilmar Machado, que requer a votação em globo dos destaques.

Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, por favor, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação dos requerimentos em globo.

Na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam os requerimentos de destaques queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Então não vai ao Senado para votação.

Em votação o Substitutivo, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Gilmar Machado, primeiro. Depois Deputado Ricardo Barros.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é para um esclarecimento.

Peço perdão porque não consegui acompanhar corretamente. É só para ter um esclarecimento de V. Ex^a e do Relator aqui. O PLN n° 89, nobre Relator, que nós votamos, inclui a emenda de relator que diz respeito à Secretaria Especial de Portos? É só esse esclarecimento. Se realmente está incluído esse item na votação. Se não, queria que o Relator nos dê esse esclarecimento para que a gente possa ter uma votação realmente clara e não tenhamos problemas.



O SR. ZONTA (SC – PP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Só um minuto, Deputado. Vamos verificar aqui o que efetivamente foi votado.

Enquanto a gente espera aqui, vou dar uma resposta ao Deputado Ricardo Barros sobre sua questão de ordem.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, essa questão de ordem se refere...Fiz, na votação da LDO, alegando que o Tribunal de Contas da União não tem base legal para emitir medidas cautelares. Tem apenas o seu Regimento Interno, que não é lei. Esse foi o questionamento que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Mesmo assim, a análise técnica feita sobre a sua questão de ordem, Deputado Ricardo Barros, concluiu pelo não cabimento da presente questão de ordem. É óbvio que, prosseguindo a análise do assunto, a elaboração do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União é competência privativa do próprio Tribunal de Contas, com amparo na Constituição Federal e em sua respectiva Lei Orgânica, não se mostrando adequado ao Congresso Nacional que proceda à notificação para que o órgão faça alteração do seu Regimento Interno.

Registra-se também, por oportuno, que a arguição de inconstitucionalidade, em tese, de dispositivo do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União deve ser promovida perante o Supremo Tribunal Federal, a quem cabe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo federal.

Por isso, Deputado Ricardo Barros, a posição desta Presidência conclui pelo não cabimento da questão de ordem levantada. Entretanto a Presidência vai remeter o pronunciamento de V. Ex^a ao Presidente daquele Tribunal de Contas, para que ele leve em consideração e possa efetivamente, no futuro quem sabe, mudar o Regimento do Tribunal de Contas.



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu poderia, se V. Ex^a me permitir, indagar ao Deputado Ricardo Barros qual o objetivo a ser alcançado com esta questão de ordem dentro do plenário da Câmara.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Eu fiz uma questão de ordem pedindo à Presidência do Congresso que notificasse o Tribunal de Contas para retirar do seu Regimento Interno o artigo que lhe autoriza a fazer a medida cautelar, porque nós aqui não votamos essa autorização.

Essa questão da medida cautelar do TCU está apenas no seu Regimento Interno. Não há autorização legislativa, não há base legislativa para que essa medida cautelar esteja lá .

A resposta da questão de ordem me pede para fazer uma ADIn, para discutir o Regimento Interno do Tribunal de Contas lá no Supremo Tribunal Federal. Eu lamento porque nós somos os legisladores e o Tribunal avançou além do que nós autorizamos e como o Tribunal é nosso órgão assessor, não é outro tribunal do Judiciário, é órgão assessor desta Casa, caberia ao nosso Congresso Nacional ...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu ...

O SR. RICARDO BARROS (PP –PR) – ... por eles terem exacerbado a autorização legislativa que recebeu desta Casa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, apenas para contraditar, nós não achamos que a questão de ordem seja o meio legal jurídico para se promover essa alteração. Por outro lado, somos frontalmente contra retirar-se uma medida que é extremamente correta, é necessária muitas vezes, porque, se o tribunal identifica uma irregularidade e tem que sustar a obra diante do prejuízo imediato ao Erário, ao gasto público que ela pode acarretar, daqui que nós possamos incluir no anexo de exclusão, demora muitos meses. E é por isso que o tribunal age de forma, decidido pelo plenário, imediata. Então, acho um erro nós podermos restringir a atuação do Tribunal de Contas da União neste particular.

Por isso eu apenas indaguei do Deputado Ricardo Barros qual era o objetivo. E fica claro que não é o meio adequado, uma questão de ordem, para resolver uma questão como esta. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nós já proferimos o parecer aqui da Presidência do Congresso Nacional, indeferindo a questão de ordem levantada pelo Deputado Ricardo Barros.

Vamos encaminhar o discurso e o pronunciamento para o Tribunal de Contas da União para que possa servir para as análises do próprio tribunal.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Sr. Presidente, agora que suspende a sessão para continuar a reunião da Comissão de Orçamento, gostaria de fazer um apelo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, eu quero responder ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós entendemos que V. Ex^a respondeu muito adequadamente a questão de ordem. Esta decisão foi tomada ontem na Comissão. A matéria caiu por ação de Senadores da Oposição no Senado.

Entendo que quaisquer gestões que possam ser feitas daqui para frente, na forma de Adin, como de maneira muito lúcida apontou o Deputado Ricardo Barros, isso tudo pode caber. Mas o fato é que me parece extemporâneo, desnecessário, inadequado se discutir isso aqui agora.

Há entre nós, e vou ser muito franco, uma questão fechada quanto a não admitirmos obras crivadas como irregulares no corpo do Orçamento da União. Isso nos colocaria em uma posição obstrucionista.

Quero, portanto, louvar V. Ex^a pela correta interpretação que deu à questão de Ordem que lhe foi formulada. Mas a nossa posição fica estabelecida, desde agora, com muita clareza, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RG) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Deputado Gilmar Machado, o PLN nº 89 foi votado nos termos do Parecer apresentado pelo Relator. Então, estão incluídas todas as alterações e mudanças que foram colocadas pelo Relator.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) -...que ele colocou.
Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RG) – Não há matérias sobre a mesa.

Encerro aqui a Ordem...

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Não, Sr. Presidente. Gostaríamos de pedir a suspensão, para que nós pudéssemos ir à Comissão de Orçamento. Depois de votarmos na Comissão de Orçamento, haverá um intervalo entre a nossa votação e a montagem do autógrafo que tem que ser feita para que pudéssemos votar aqui.

Enquanto isso, estamos em tratativas com a Oposição, porque tínhamos terminado um acordo em relação ao crédito 91 e outros nos quais estamos em entendimento. Fariamos esse debate e traríamos antes da votação final do Orçamento esses outros créditos os quais pudéssemos chegar a um entendimento.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que pudéssemos suspender e depois retomarmos, tão logo possamos concluir os trabalhos na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Há previsão de horário para isso, Deputado Gilmar?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Imagino que, por volta de 20 horas, teríamos condições de estarmos aqui.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Sr. Presidente.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de chamar atenção para um crédito...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RG) – Com a palavra o Deputado Zonta e, depois, o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. ZONTA (PP – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de que se suspenda a sessão para poder continuarmos o trabalho da Comissão de Orçamento em nome dos aposentados brasileiros, até porque temos a predisposição de pedir a verificação de quórum na Comissão de Orçamento. Ainda há tempo de fazermos um gesto no sentido conceder um reajuste ao aposentado, desde que a Comissão de Orçamento possa melhorar o valor disponível para que o Presidente da República, ao baixar a medida provisória, possa melhorar o percentual de participação no reajuste dos aposentados.

A proposta da Cobap é chegar aos 80% do PIB, e eu faço um apelo aqui tanto ao Deputado Gilmar Machado quanto para o Relator para um exame da possibilidade de melhorar essa proposta no Orçamento para comportar o reajuste dos aposentados.

Esse era o apelo que eu gostaria de fazer.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RG) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um apelo muito intenso em relação ao PLN nº 71. É um PLN pequeno, não é um jumbão nem um jumbinho; no máximo, é um teco-teco, porque é de pouco mais de 20 milhões.

Chamo a atenção, Sr. Presidente, porque já há uma negociação feita com Minas Gerais. Nós tínhamos uma emenda de bancada de 16 milhões, que foi 100% cancelada, para serviços de abastecimento de água no semiárido mineiro, na região do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. É o semiárido.

Já existe limite para esse Orçamento: são 5 milhões. Para repor, são 16, Sr. Presidente!

Há acordo no Ministério; há acordo com o Relator; há acordo com o Deputado Gilmar Machado; há acordo na Oposição; há acordo com o Deputado Humberto Souto; há acordo com todos os Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – V. Ex^a está falando pela Oposição?

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Não há acordo ainda para o principal, ou seja, se for o PL nº 71, que é um PL pequenininho, já há acordo para o destaque para repor esse valor de cinco milhões, para abastecimento de água no semiárido mineiro. Portanto, eu faço um apelo intenso para que o PL nº 71, que não é jumbão nem jumbinho; no máximo, um teco-teco seja incluído, para que essa Emenda, que é acordo de todos e de tantos, seja aprovado aqui também.



O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado. Vamos suspender aqui a sessão.

Um minuto, de fato. Nós vamos iniciar a Comissão de Orçamento, para podermos votar.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Nós queremos só fazer um apelo à Oposição. Todos nós sabemos e somos conscientes que votamos os grandes projetos, eu digo assim, os projetos estruturantes, através desses PLNs que votamos anteriormente. Mas o PL 95, Sr. Presidente, atende diretamente às pequenas obras. Significa dizer que são os pequenos municípios que serão beneficiados com o PL 95, pela abrangência dele de atender às ações em vários Ministérios aqui da Esplanada.

Por isso é que temos que fazer um apelo à própria Oposição para flexibilizarem no sentido de permitir a aprovação do PL 95 para que tenhamos condição de atender essas obras dos pequenos municípios do Brasil inteiro. São mais de mil municípios contemplados com este PL, Deputado Inocêncio Oliveira.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Por esta razão é que apelamos a todos os partidos de Oposição para nos entendermos, na tarde de hoje, e votarmos também o PLN nº 95.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado. Pois não, Deputado. O último inscrito e vamos encerrar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Meia-noite a gente não conclui.

O SR. PAULO PIAU (Bloco/PMDB – MG) – Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de deixar aqui um apelo ao especial também com o PLN 59, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Eu vou pedir a V. Ex^a que faço os apelos aqui direto ao Deputado Cajado.

O SR. O SR. PAULO PIAU (Bloco/PMDB – MG) – Mas eu gostaria de um minuto de justificar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Nós estamos com espírito natalino. Vamos conversar e fora do microfone vamos para a comissão. Lá nós resolvemos.

O SR. PAULO PIAU (Bloco/PMDB – MG) – Eu sei. Nós vamos conversar com a Oposição, sim. Mas é uma obra paralisada há de um ano. É uma obra rodoviária. O Ministério dos Transportes e, portanto, causando um transtorno para aquela comunidade de Pato de Minas. Um trevo entre as BR-364 e 365. Então, isso não é bom para o governo, não é bom para a Oposição. Não é bom para ninguém. Fica o apelo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17 horas e 9 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 55 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vamos reiniciar a sessão do Congresso Nacional, mas ainda não recebemos aqui o encaminhamento da Comissão da Proposta Orçamentária e os seus respectivos adendos que estão prometidos para chegar daqui a dez minutos a este plenário.

Vamos abrir o plenário para ouvir as Sr^{as} e Srs. Parlamentares a respeito das mudanças que envolvem o Orçamento.

E, assim que chegar a Proposta Orçamentária, prosseguiremos a devida votação.

O SR. ANDRE VARGAS (PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Andre Vargas.

O SR. ANDRE VARGAS (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Tenho acompanhado, desde ontem, as negociações e esforços que vêm se fazendo, principalmente dos Líderes do Governo, ressaltando os esforços de parte da Oposição. Mas, mesmo assim, os problemas vão se seguindo, um após o outro, posteriormente dificultando o meu entendimento ao debate e à votação do orçamento dos créditos que estão aí por votar.

O Brasil não pode esperar. Dois mil e dez vem aí e o Brasil cresce e o Governo tem enfrentado muitos problemas na área social, na área de infraestrutura e problemas operacionais. E agora acredito que o Brasil fica refém, pois a Comissão de Orçamento não vai votar a peça orçamentária. Não só a Comissão não fez a peça orçamentária... Mas vem de encontro às Lideranças. É responsabilidade de todas as Lideranças; mas especialmente das lideranças da Oposição. A maior responsabilidade neste momento é da oposição. Se houver decisão política de não votar o Orçamento, que se informe a este Plenário e à Nação.

Eleitos os motivos para que não fiquemos reféns dessa situação. Faltam duas horas apenas para acabar o ano legislativo. Houve várias concessões para o Governo e para as Oposições. Houve um diálogo franco, aberto, mas ficamos aqui paralisados. É triste ver o Congresso Nacional chegar à meia-noite sem votar o orçamento.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) - Quero lembrar que, no dia 22 de dezembro, foi a criação do Estado de Rondônia em 1981. Hoje é o 29º aniversário.

De fato, como disse meu antecessor, é frustrante debater o orçamento, a peça orçamentária, o Brasil debatendo as políticas sociais do Presidente Lula que fazem em prol da distribuição de renda, fazendo com que vários trabalhadores e trabalhadoras tenham carteira de trabalho assinada. Certamente isso causa desconforto.

Tem havido investimento amplo em infraestrutura, crescimento da economia principalmente da economia popular, a massa de salário a aumentar o fomento do consumo popular. E esse orçamento que nós estaríamos aprovando, depois de esgotada toda a capacidade de negociação de toda a Comissão de Orçamento, certamente isso poderá incomodar a Oposição em 2010 que, certamente, por falta de um projeto nacional de um país, por falta de um horizonte econômico, tentará, de todas as formas, impedir que esse sucesso do País, sucesso do Brasil, a inclusão de milhares de brasileiros ao mercado consumidor de massa se dê em 2010, porque sabe que 2010 é um ano da continuidade desse projeto político dos trabalhadores que começou em 2002 com o Governo popular democrático, que vem causando às elites do país um desconforto material,

um desconforto ideológico, principalmente uma falta de rumo para enfrentar os principais... e para apresentar à sociedade um projeto de País, um projeto de Nação. Certamente, não será este que estamos construindo neste País, que se acostumou, no passado, a viver com a desigualdade e com a exclusão social.

Apelamos ao bom senso da população brasileira, que, neste momento, está vendo a sessão do Congresso Nacional, para saber fazer a diferença, a divisão entre aqueles que querem construir o Brasil e aqueles que querem dificultar o Brasil crescendo, distribuindo renda e gerando empregos para milhões de brasileiros.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Major Fábio, com a palavra.

O SR. MAJOR FÁBIO (DEM – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu quero aqui trazer uma preocupação não como Deputado Federal, mas como soldado da Polícia Militar da Paraíba, como os Policiais Militares que ganham bolsa-formação e que a transformaram em salário, porque o Policial Militar e o Bombeiro Militar do Brasil transformam tudo que ganham em salário. Transformam as diárias que recebem, transformam a bolsa-formação, porque os Policiais Militares e os Bombeiros Militares do Brasil estão passando necessidade. Então, eles pegaram a bolsa-formação, uns R\$ 400,00 que o Governo Federal paga, para complementar o aluguel, para complementar a feira no final do mês, para complementar o pagamento da prestação da motocicleta.

Então, quero pedir, não como Deputado, mas em nome dos soldados da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares, que possamos votar o PLN nº 91. Ontem, eu estive lá na Polícia Militar da Paraíba, onde os soldados me cercaram, pedindo que este Congresso possa votar o PLN nº 91.

Então, essa é a nossa preocupação. Eu me preocupo ainda mais, porque os nossos Policiais Militares e Bombeiros Militares estão correndo atrás dessa bolsa-formação, porque os nossos Governadores, os nossos gestores não tratam a segurança pública como devem tratar. Agora mesmo, ouvi o depoimento do Ministro da Justiça, que acha que a Força Nacional resolve tudo no nosso País. Ele está muito enganado. Quem resolve são as Policiais Militares e os Corpos de Bombeiros de todos os Estados.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Zonta e, depois, o Deputado Gilmar Machado, que está inscrito.

O SR. ZONTA (PP – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, três comentários rápidos que eu queria fazer em relação ao encaminhamento que está se dando.

O primeiro deles é lamentar a impossibilidade de se adequar o Orçamento para poder beneficiar os mais de oito milhões de aposentados brasileiros – ficou nos R\$ 3,5 bilhões a suplementação, com o esforço do Deputado Magela em adequar ao menos esse valor, mas não é aquilo que o aposentado merece – e lamentar que não possamos alcançar aquilo que é o objetivo. Naturalmente, a decisão da Cobap e das federações é, em fevereiro, retomar a pressão para que tenhamos avanços naquilo que é o direito adquirido do aposentado.

Por outro lado, também quero dizer que foi feito um encaminhamento que, se não é aquilo que buscamos, é aquilo que foi possível em favor da agricultura, tanto para garantir preço mínimo quanto para ter um valor que possa dar segurança à defesa agropecuária nacional. Precisamos, sim, ter em mente que, apesar de esses valores

Nós precisamos, sim, ter em mente que, apesar desses valores não serem os adequados, vamos caminhar para o início do ano, a fim de podermos, no momento adequado, suplementar tanto o valor da defesa agropecuária quanto o valor do seguro, tão importante para esta Nação.

E, finalmente, quero dizer que é importante que ainda tentemos um acordo para votar, naturalmente, os projetos de suplementação, porque os Prefeitos, os Municípios brasileiros vão deixar de receber muito dinheiro que poderia estar na suplementação orçamentária, nos créditos que vão deixar de ser votados. Ainda temos alguma esperança, pois há uma hora e pouco para encerrar esse período.

São essas as observações que gostaríamos de fazer, naturalmente desejando que o espírito do Natal esteja presente até a hora da votação do Orçamento, para que possamos sair daqui, ao menos, com o Orçamento votado.

Muito obrigado.



O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Caiado, por favor, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Um minuto, por favor.

Sr. Presidente, eu gostaria de propor o entendimento, já que, nessas últimas horas, tivemos várias dúvidas quanto à peça orçamentária, para que votássemos, dentro daquele acordo que foi feito, o PLN nº 91, que é exatamente para atender aos policiais com aquela bolsa de recomposição salarial. Com isso, estaríamos cumprindo o nosso acordo. Terminaríamos os PLNs que não foram votados hoje na parte da tarde e concluiríamos os PLNs. Com isso, entraríamos no Orçamento logo a seguir, Sr. Presidente, para não ficar nenhuma dúvida em relação ao compromisso assumido em plenário.



O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, na mesma linha.
O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado

Jilmar.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Na mesma linha do Líder Ronaldo Caiado, eu queria que, antes de iniciarmos o processo de votação, até porque faltam menos de duas horas para se encerrar a sessão legislativa, incluíssemos, além do 91, o 95 e também o 84. E que fôssemos votando os PLNs enquanto a área técnica prepara o relatório.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Gilmar Machado com a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Eu queria, Sr. Presidente, primeiro, acolhendo a sugestão do Deputado Ronaldo Caiado, que nós pudéssemos votar, então, o 91, e depois eu usaria a palavra porque eu quero falar sobre a questão orçamentária.

Então eu acato, vamos votar o 91 e depois nós voltamos aqui para o debate.



O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero solicitar ao Deputado Gilmar Machado e ao Deputado Ronaldo Caiado que analisem a possibilidade também de fazermos uma retificação no 89. Houve um erro material na leitura do relatório...

Então está bom.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Podemos votar o 91,
então?

Então iniciamos aqui a

ORDEM DO DIA

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – PLN 91, de 2009.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Pelo PSDB! Sr. Presidente, pelo PSDB, para dizer que nós entendemos também que é importante a aprovação do PLN 91, porque, além de atender essa demanda de policiais militares, civis, bombeiros do Brasil todo, ele detém uma outra ação também muito importante, que é de fortalecimento das ações de segurança no País, o que compreende muitas outras ações num momento em que a sociedade clama muito por segurança.

Então, além de atender essa expectativa dos policiais, tem um conjunto de outras ações ali compreendidas. Daí, pois, o PSDB recomenda que passemos à aprovação do PLN 91.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vamos à votação.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item..... :

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 91, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2009, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$445.096.235,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de Lei foram apresentadas sete emendas, dependendo de parecer a ser proferido no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Sr. Presidente, vou direto ao voto, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Se V. Ex^a tiver essa sensibilidade.



PARECER Nº 128/2009 – CN

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, para objetivar o reforço de dotação já constante de Lei Orçamentária em vigor e ser formulada de acordo com o que determina o art. 57 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

No que se refere às emendas apresentadas, propomos a inadmissão das Emendas 2, 3, 5, 6 e 7 e a rejeição das Emendas 1 e 4.

As Emendas 1 e 4 destinam recursos em apoio ao reaparelhamento das instituições de segurança pública nos Estados de Tocantins, Rio Grande do Norte. Entendemos que tais ações, por serem realizadas pela dotação já constante do presente crédito orçamentário, por isso, somos por sua rejeição.

Quanto às demais emendas, não podemos atendê-las, vez que inclui programações orçamentárias destinadas à unidade orçamentária diversa àquela competente a realizar as referidas ações, ou seja, a Unidade 30.911, Fundo Nacional de Segurança Pública.

Dessa forma, Sr. Presidente, em que pese considerar as intenções proclamadas pelos seus autores, somos por sua inadmissão, conforme preceitua o Regimento desta Casa, no art. 109, inciso III, alínea “a”.

Por essas razões, Sr. Presidente, tais emendas estão sendo apontadas nos termos do que manda o art. 146 da Resolução, para serem declaradas inadmitidas pela Presidência da Comissão.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 91, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório que beneficia, certamente, os policiais militares e o Corpo de Bombeiros de todo o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o relatório.

É o seguinte o parecer, na íntegra:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer, portanto, concluiu pela aprovação do projeto, a inadmissibilidade das Emendas n^{os} 2, 3, 5, 6 e 7 e a rejeição das Emendas n^{os} 1 e 4.

Em discussão o projeto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Para discutir o projeto, o Deputado Paes de Lira com a palavra, que é o orador inscrito.

O senhor quer discutir o projeto, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, quero fazer uma comunicação logo após a fala do Deputado.

O SR. PAES DE LIRA (PTC – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós estamos aqui há dois dias pedindo a inclusão na pauta, na Ordem do Dia, do PLN n^o 91 e fico muito feliz em verificar que finalmente as lideranças se articularam e chegaram a um acordo para a votação do PLN.

Ele realmente é muito importante para muitas áreas, não só para o pagamento da bolsa-formação de policiais militares e bombeiros militares, mas também para financiamentos importantes na área da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo de Aparelhamento e Operacionalização da Atividade Fim da Polícia Federal – Funapol, Fundo Nacional de Segurança Pública no Ministério da Defesa para atender, entre outras coisas, à organização dos jogos mundiais militares, o que poderá ser um excelente ensaio para o País em relação à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016; no comando da Força Aérea e no comando da Marinha para investimentos importantes no desenvolvimento de protótipo de reator nuclear e também na manutenção de aeronaves A1, tudo isso trazendo arrastos tecnológicos que são preciosos para o País.

No fundo aeronáutico, a recuperação do aeroporto de Caravelas, no Estado da Bahia, e, no fundo do Exército, alguma coisa para melhorar o atendimento médico-hospitalar do pessoal militar e das famílias dos militares.

Mas especialmente quando se refere ao pagamento da bolsa-formação, como bem disse agora há pouco o Deputado Major Fábio, o fato é que essa bolsa-formação irá para a família, irá para o bolso, irá fortalecer a mesa natalina de muitos policiais militares e bombeiros militares muito mal pagos no nosso Brasil. Muito mal pagos como acontece no Rio Grande do Sul, como acontece no Rio de Janeiro, apenas para citar exemplos de dois Estados ricos da Federação que não reconhecem materialmente os seus policiais militares.

A verdade é que, na bolsa-formação, nós temos um projeto muito bom, interessante do Pronasci, que é a melhoria da qualidade profissional dos policiais militares e bombeiros militares. Mas, por outro lado, o pagamento dessa bolsa reforça os magros vencimentos, os magros salários e subsídios recebidos por essa brava gente que, com grave risco de vida, nos defende a todos em toda parte do País, contra a sanha do crime e salvando vidas nos incêndios e nas calamidades naturais.

Portanto, essa decisão da Liderança e deste Plenário atende brasileiros de bem, que nos protegem a todos e que fazem um juramento que, às



vezes, cumprem até as últimas consequências. É uma decisão acertada nesta noite do Congresso Nacional.

Muito obrigado por sua atenção.



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Para falar como Líder, pediu a palavra o Deputado Sandro Mabel. Só um minutinho, Senador.

O SR. SANDRO MABEL (PR – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o Congresso este ano trabalhou muito forte, a Câmara, sobretudo, trabalhou de uma forma espetacular. Acho que nós produzimos muito.

Acho que os projetos dos Deputados se sobrepuseram aos projetos do Executivo. Foi muito produtivo. Agora, Sr. Presidente, esse final de Congresso me deixa triste, deprimido, eu diria, porque acho que temos interesses maiores no País. Acho importante observarmos esses interesses maiores. Por exemplo, vivemos responsabilizando a má situação das rodovias pelos acidentes e tudo o mais.

Sr. Presidente, temos o PLN nº 78. Temos aí próximo de R\$2 bilhões para servir a rodovias que não são do meu Estado. Não é uma emenda minha, mas de todos os Estados. Todos nós andamos em cima dessas rodovias. São duplicações, pontos críticos, buracos que vão ser consertados, são recuperações para o País inteiro, Sr. Presidente. Assim, há inúmeros outros PLNs que precisam de verbas e que vão servir a todo o País e não politicamente.

Acho que o Congresso deveria ter uma visão de união, de trabalho pelo País, independente da questão política, Sr. Presidente. Não sei se penso no País como um todo, independente de beneficiar a mim, ao meu Partido, a meu Estado, mas acho que temos a oportunidade de fazer um bem com esse trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex^a, aos líderes que nós temos aqui, ao PSDB, ao DEM, ao PPS, a todos esses Partidos que têm líderes experientes, que possam chegar a um acordo para que possamos votar e entregar à Nação esse recurso que foi

recolhido do contribuinte e que vai ficar retido, enquanto nós temos tantas necessidades na saúde, na educação, no transporte e tudo mais.

Portanto, Sr. Presidente, acho que é o momento neste final de ano, mas que não seja um final de ano melancólico, com caixa cheio de dinheiro e o povo passando necessidade, e sim que todos nós pudéssemos nos irmanar, nos unir, tirar alguma coisa que não está certa e votarmos. Votarmos e entregarmos para a Nação um dinheiro que é dela, que foi recolhido do contribuinte que, por sinal, paga um imposto absurdo, principalmente o contribuinte mais pobre, que paga muito mais.

Portanto, quero fazer aqui um apelo ao Democratas e ao PSDB, que pudesse ter o cuidado com o País. Dinheiro em caixa não vale nada, o dinheiro tem que estar servindo à população. Por isso, nós precisamos votar, colocar esse dinheiro para funcionar e servir à Nação. Esse é um pedido do meu Partido, do Partido da República, que está aqui pronto para votar e servir à Nação com o dinheiro que é dos brasileiros e foi tirado com muito suor de todos eles.



O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB – RS) – Presidente, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia PT – RS) – Para fazer uso da palavra, pela Liderança do PMDB, o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB – RS. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou surpreso, inclusive agora. Não vou discutir o mérito do PL nº 91, não vou discutir o mérito da Polícia, não vou discutir o mérito, nós votamos rapidamente. Hoje à tarde, votamos um ou dois projetos sobre estradas, evidente que é necessário, infraestrutura é claro que é. Votamos também reajustes, parece-me, é claro que são necessários. Não se discute. Mas a Oposição, o Democratas, os tucanos e o pessoal do PP não permitirem a votação – eu faço um apelo – do PL nº 82, do Ministério da Saúde, que se refere às unidades de pronto atendimento, ao Samu?

As pessoas estão morrendo por violência de trânsito ou até violência familiar, dentro de casa, assaltos. É fundamental unidade de pronto atendimento, é fundamental Samu. A Oposição não permite a votação de recursos para o Hospital de Traumatologia do Rio de Janeiro, para o Instituto Nacional de Cardiologia. A maior causa de morte dos brasileiros é cardiovascular!

Meu querido José Agripino, meu querido Arthur Virgílio, meu querido Caiado, pelo amor de Deus, pela vida dos brasileiros que podem morrer por esse impedimento aqui de votar o PLN nº 82! É a vida das pessoas que está em jogo. É a vida das pessoas! Faço um apelo à sensibilidade da Oposição: o PLN nº 82. O PLN nº 32 também, mas o PLN nº 82 acima de tudo.

Votamos estradas hoje. Votamos recursos de reajustes. Votamos agora o projeto da polícia. Não podemos votar o PLN nº 82, que é urgência e emergência? Isto aqui não é jogo político! Isto aqui é salvar vidas, esses recursos aqui. Faço um apelo.

Desculpe, Oposição, se eu fui veemente. Sou médico. Sei que isto aqui é mais do que preciso, é mais do que preciso. Isto aqui é uma urgência e uma emergência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra para uma comunicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão orador.) – Pois não, Sr. Presidente, é uma comunicação.

Fizemos, no que pudemos, um estudo rápido do quadro que se apresentava para nós no orçamento que ora idealmente se teria que votar. Temos restrições a diversos PLNs; algumas, restrições fundamentais. E temos, dentro do nosso íntimo, a vontade civilizatória de aprovar no ano base o orçamento que vai vigor para o ano seguinte. No entanto, estranhemos... O Deputado Magela nos disse, de maneira muito pronta, que responderia a cada uma das duas mil indagações que fizéssemos a ele – porque são 2.110 ou 2.111 emendas de relator. A figura do relator, que estava enfraquecida, em detrimento da representatividade das bancadas, voltou à tona. Há uma emenda da Comissão de Turismo que é deixada de lado, e depois vem uma parecida do relator, uma igual. Fala-se da Copa, e a Copa acabou virando um pretexto.

Não vou aceitar aqui essa de que quero atropelar ninguém, de jeito algum, ou que estamos pouco ligando para o destino dos brasileiros. Temos que ter respeito pela opinião dos outros, e estou tendo pela opinião de quem quer que seja, e aqui vou externar a opinião do meu Partido.

Temos, a pretexto da Copa, a construção de um santuário em Juazeiro de Padre Cícero. Salvo se for para rezar pela boa sorte da Seleção Brasileira, não consigo entender a relação objetiva entre a Copa e o santuário em Juazeiro de Padre Cícero.

Há uma obra vultosa em um Estado que queremos ajudar por ser o Estado mais pobre do País, a pretexto da Copa. Então, ajudar o Piauí, sim, mas, a pretexto da Copa, não, porque não vai haver Copa no Piauí.

Então, Deputado Marco Maia, meu prezado Presidente, depois de consultar aqui, e com pesar, até porque há um desejo do DEM, partido tão prezado por nós – os demais são, mas esse é um Partido aliado e fundamental –, a pretexto do DEM, apesar disso, quero anunciar com muita lealdade, com muita clareza que, no momento da votação, o PSDB pedirá votação de quorum nesta matéria.

O Sr. Jilmar Tatto (PT – SP) – Sr. Presidente?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com a palavra.

O Sr. Jilmar Tatto (PT – SP) – Para um comunicado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com a palavra ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quer dizer, contraditar meus argumentos o ilustre Deputado pode; não pode é contraditar o meu desejo nem a minha possibilidade regimental, como Líder de um Partido que tem 14 Senadores – e precisava só de nove, minha própria voz e mais oito –, para pedir verificação de quórum. Então, contraditar os argumentos, à vontade; será um belo momento de debate. Mas fazer...

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É o que não fazemos por gosto, até porque entendemos que idealmente o orçamento deveria ser votado, mas percebemos muitas distorções. É muita emenda livre. É muita... Infelizmente, criou-se um clima que não é de confiança entre as partes. E os próprios PLNs que lá estão, estão, a meu ver, viciados pela eliminação das emendas...

Muito bem, estou sabendo de uma notícia que, a mim, me agrada: a Senadora Lúcia Vânia, de maneira muito cordata, concorda com a votação desta matéria. Sendo assim, anuncio que, na peça orçamentária, pedirei verificação de quórum.

Mas digo, Sr. Presidente, ao complementar a minha palavra que o que nós vimos foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... na verdade, as emendas de bancada serem transformadas em boa parte no que se chama de “jumbão” por aí. E nós sabemos que isso, muito dificilmente, não esconde uma motivação política.

Eu falava com Deputados, e Deputados muito simples, muito companheiros e fraternos, que diziam: “E o 95?” Todos me perguntavam pelo 95. Era o nome mais famoso que circulava enquanto nós esperávamos pelo resultado da Comissão de Orçamento. Todos perguntavam, sem exceção, pelo 95.

Nós, então, entendemos que o processo não foi o melhor. Não queremos participar da peça orçamentária tal como ela está. Não retiramos nem o respeito nem a consideração por nenhum dos companheiros que participaram deste episódio, mas, usando o direito regimental, pediremos verificação de quórum na outra matéria. Nesta, faríamos em solidariedade à Senadora Lúcia Vânia, que se sensibilizou com os argumentos, que são os argumentos do que há de mérito nesse bom projeto que aí está.

Então, a Senadora disse: “esse projeto merece ser apreciado”. E, se a Senadora diz, nós a seguimos. Mas, na parte seguinte, a partir das matérias seguintes, pediremos sistematicamente verificação de quórum.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Podemos passar à votação desta matéria, retirando as inscrições que havia para discussão, aqui, para votarmos o PLN nº 91?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Querem falar, ainda?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vamos dar sequência.

Então, vamos à votação do PLN nº 91.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer um apelo para que nós pudéssemos entrar, imediatamente, Sr. Presidente, no PLN referente ao Orçamento da União.

Eu queria fazer um apelo aqui, um apelo à Oposição. O Governo mostrou-se, o tempo inteiro, aberto à negociação. Ao Governo interessa, mas não só ao Governo, interessa ao País que nós possamos votar o Orçamento ainda nesta sessão. E o Governo vai fazer de tudo para que possamos conseguir esse entendimento.

As três questões apresentadas pela Oposição nós cumprimos – o relator vai ler agora e vai deixar claro: a Lei Kandir, a questão da agricultura e a questão da saúde. E estamos abertos a outras propostas de entendimento para que nós possamos votar o Orçamento no dia de hoje.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a e à Base para que nós pudéssemos entrar imediatamente no debate do Orçamento. E, aí, nós vamos ver as posições. Os créditos nós discutimos posteriormente. Interessa-nos, neste momento, Sr. Presidente, o Orçamento do País.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Apesar de não ter chegado aqui à Mesa nenhuma indicação formal, ainda, sobre o projeto oriundo da Comissão Mista, nós vamos iniciar a discussão aqui da peça orçamentária, e na sequência deve chegar aqui essa formalização.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 46, de 2009, do Congresso Nacional *que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.* (VOLUME VI)

Ao Projeto de Lei foram apresentadas 10.377 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Magela para proferir o seu parecer.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Magela.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.)

– O Deputado Magela vai proferir parecer, mas nós não temos cópia do texto do Deputado Magela. Era necessário que sobre a mesa houvesse cópia do parecer do Deputado Magela. Nós não podemos votar sem conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Enquanto ele for apresentando o seu parecer, nós vamos providenciar cópias para que sejam distribuídas ao Plenário.

Deputado Magela com a palavra.

O SR. MAGELA (PT – DF. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu quero fazer um relatório político. Naturalmente, como o relatório já é de conhecimento público, porque já está divulgado, vamos esclarecer aqui algumas das dúvidas, especialmente esta que foi colocada pelo Senador Arthur Virgílio.

O Orçamento é elaborado pela Comissão de Orçamento, que tem a participação de Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas de todos os partidos da Casa. É a comissão mista mais plural que existe no Congresso Nacional e é uma comissão permanente, que não tem apenas a função e a tarefa de discutir, elaborar e votar o orçamento anual.

Ao longo do ano, a Comissão trabalha para analisar os projetos de alteração ao Orçamento, quando necessário, o Plano Plurianual, quando necessário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Neste momento, quando nós assumimos a relatoria, estabelecemos um processo permanente de diálogo, permanente. Não houve um Parlamentar sequer que tenha nos procurado e que não tenha sido recebido, e não apenas que tenha sido recebido, mas sobretudo que tenha sido ouvido e que tenha sido considerado.

Naturalmente, não pude atender a todas as solicitações, sugestões e ideias que me foram apresentadas. Também ouvi a sociedade civil, representantes de classes, de instituições, Ministros, Governadores. Estive o tempo todo dialogando junto com o meu Presidente, o Senador Almeida Lima, junto com outros Parlamentares que fazem parte desta Comissão,



especialmente os representantes das bancadas naquela Comissão, para nós os Líderes das bancadas naquela Comissão.

A elaboração da peça inicial, que foi o relatório preliminar, foi discutida durante, pelo menos, uma semana com os Líderes partidários, e foi votada por consenso, por consenso naquela Comissão. E, ao ser votada por consenso, nós estabelecemos as regras de acordo com a Resolução nº 1, de 2006. Aliás, considero que esta resolução é muito positiva, mas que, sem dúvida alguma, tem ainda de ser aprimorada.

Destaco vantagens, uma delas é a Comissão não ter membros permanentes que se tornem efetivos da comissão, permitindo uma renovação e um rodízio nesta importante Comissão do Congresso Nacional.

Além disso, nós, ao fazermos o debate com as lideranças partidárias, deixamos absolutamente claro qual era o nosso objetivo. Dialogamos, ouvimos sugestões, colocamos amarras, mas, quando votamos o relatório setorial, nós o fizemos por absoluto consenso, com o apoio do PSDB, do DEM, do PPS, partidos aos quais me refiro por serem integrantes da Oposição nestas duas Casas do Congresso Nacional.

Quando nós avançamos e começamos a dialogar com os Parlamentares individualmente, havia um desejo de que nós estabelecêssemos em R\$15 milhões o valor das emendas individuais. Nós demonstramos que, naquele momento, não havia condições de socorrer e que era necessário avançar numa estimativa de receitas que atendesse a questões fundamentais, como a Lei Kandir, que era uma reivindicação de diversos Estados, sobretudo alguns governados pela Oposição, e eu chamo o testemunho dos Líderes da Oposição no Congresso Nacional e na Comissão. Fui um dos primeiros a defender que fosse encontrada uma solução acordada

o Governo e os partidos de Oposição, para que pudéssemos resolver essa questão.

O Governo declarou, de forma muito objetiva, que tem diferenças e que não concorda com a manutenção desse item ou dessa despesa no Orçamento. Nós trabalhamos para que essa questão fosse equacionada e conseguimos, por meio de uma estimativa de receita coordenada, comandada e elaborada pelo Senador Romero Jucá, atender àquela reivindicação principal, sobretudo do PSDB, colocando recursos para a Lei Kandir. Avançamos no debate com o Partido Democratas, sobretudo na questão colocada como fundamental de se alocarem recursos para atender a áreas prioritárias da agricultura.

Pois bem. Viemos fazendo isso com um critério muito claro, com absoluta transparência do que era feito naquela Comissão. Aliás, não há como ser diferente! Não há como ser diferente numa Comissão onde todos têm o controle de todas as informações. Mas, desde o primeiro momento, deixamos claro que o Relator de uma Comissão tão importante não é despachante de emendas, não é um Parlamentar que vai ali apenas para colocar, numa máquina xerográfica, o que as emendas de Bancada ou individuais estabelecem e que era necessário se fazer um relatório político acordado, consensuado, mas um relatório que refletisse a necessidade do País, o momento em que nós vivemos e certamente aquilo que era prioritário para o Brasil.



O que nós queríamos discutir era quais eram as prioridades do Congresso Nacional ao votar o Orçamento. Estabelecemos limites em nosso relatório preliminar. Mas os limites que nós colocamos na primeira versão do nosso relatório, nós concedemos, abrimos mão, para que efetivamente fosse feita uma forma de se chegar a um consenso. E estabelecemos inclusive limites de cortes compatíveis com o momento que nós vivemos, não permitindo que se avançasse além de 15% nos cortes do PAC e que não se avançasse além de 30% nos cortes dos investimentos que não são do PAC.

Nós tivemos alguns problemas. Muitos relatórios setoriais foram atrasados. Nós tivemos muito atraso em alguns relatórios setoriais. E é preciso que se diga, relatórios que muitas vezes estavam sendo elaborados e apresentados por Parlamentares, especialmente do DEM.

Mas fomos tolerantes, buscamos o acordo, buscamos o consenso e fomos atrás desses relatórios para que eles pudessem refletir o desejo do Congresso Nacional nessa questão.

A partir daí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, viemos discutindo, dialogando, trabalhando pelo consenso, mas dando absoluta transparência.

Quero dizer, inclusive aos líderes do Congresso Nacional, que nós procuramos todos os governadores dos Estados que são sede da Copa do Mundo. Nós avançamos em diálogos com estes governadores, e que colocamos, a grande maioria do que está colocado, ou grande parte do que está colocada no nosso relatório é oriunda das sugestões dos governadores.

Senador Arthur Virgílio, especialmente para V. Ex^a eu quero dizer, e esclarecer a todo Plenário: são mais de duas mil emendas de relator por uma questão absolutamente técnica. O relator tem a obrigação de fazer as emendas em função do fim da DRU na educação, que colocou bilhões de reais de volta ao Orçamento e que, a partir daí, tivemos que fazer quase duas mil emendas para atender apenas este item, porque, às vezes, uma única universidade exigia várias emendas. Portanto, isso já foi esclarecido. Tenho aqui os dados, posso dizer: em alguns

em alguns Estados, como Minas Gerais, fizemos quase duas centenas de emendas, levando a uma soma de quase R\$400 bilhões, e é preciso dizer que o Relator fez emendas de Relator para atender a emendas individuais, para atender a emendas de bancadas, remanejamentos, recomposição de corte e tudo isso feito com o conhecimento da Comissão de Orçamento, com absoluta transparência. O critério usado foi o critério estabelecido pelo relatório preliminar. O que tem que se contestar é se o relatório preliminar estava correto ou não. Se o relatório preliminar não estiver correto...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. MAGELA (PT – DF) – ... então a premissa não está correta, e aí nós podemos até entender qual a saída.

Mas eu quero – e já lhe darei um aparte, Senador Arthur Virgílio – dizer aqui com a mais absoluta franqueza: não serão – e quero dizer isso para todo o País ouvir – as emendas de Relator o pretexto para não se votar o Orçamento; não serão as emendas de Relator que impedirão a votação do Orçamento nesta



noite. Se necessário for, farei uma única emenda cancelando todas as emendas de Relator e voltando àquilo que tiver nas emendas de Relator para a margem fiscal. Se não vale para um assunto, não vale para outro. Nós queremos a mais absoluta transparência e vamos fazê-lo aqui, em Plenário. A transparência é do Congresso Nacional e ninguém mais do que o Relator tem interesse nisso. Aliás, não botei apenas o meu nome, a minha assinatura, o meu CPF e a minha digital, coloquei a minha honra na elaboração dessas emendas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB - AM) – Permite um aparte Deputado Magela?

O SR. MAGELA (PT – DF) – Já farei isso.

Agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu trabalhei com o que me foi permitido e possibilitado trabalhar na Comissão de Orçamento. Certamente esse não é o Orçamento e nem o método perfeito para se fazer, porque esse método está sendo aprimorado. Nós precisamos, inclusive, aprimorar, melhorar a resolução mas nós precisamos entregar nesta noite ao País um relatório aprovado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deputado Magela, para um esclarecimento.

O SR. GERALDO MAGELA (PT – DF) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deputado Magela, para ficarmos bem claro os dois, V. Ex^a conversou comigo e com alguns colegas de Parlamento aqui, dizendo que concordava com anular as emendas de relator e transferi-las – de investimento perdão – de relator relativas a investimentos, transferindo-as para as emendas de bancada. Eu não sei se eu entendi mal ou se V. Ex^a falou algo diverso disso ai agora. Segundo, eu gostaria de ler para V. Ex^a o artigo 166, da Constituição Federal, que diz:

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do Regimento Comum.

Ai vai, muito bem.

§ 2º: As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

Eu discutia com o meu prezado colega Inácio Rodrigues, que dizia: teve uma resolução. Muito bem, eu não sei se a resolução pode suplantar a Carta Magna do País, mas não é nem sobre isso que quero debater com V. Ex^a, e sim dizer que não senti clareza na proposta que V. Ex^a nos faz. O seu desejo não é maior do que o meu

Partido de ver votado o Orçamento, não é maior. Gosto, há muito tempo, aliás, desde o tempo em que V. Ex^a era um bravo oposicionismo e, às vezes, fazia um papel muito mais duro do que esse que estou fazendo aqui agora. V. Ex^a tem boa memória, tenho também. A melhor coisa é termos memória de elefante, ambos, para ninguém se esquecer do que fez no passado, enfim. Quero votar o orçamento. Não estou inventando nenhum pretexto. Não trabalho com



pretexto, trabalho com ideias. Acredito que V. Ex^a também. Portanto, peço a V. Ex^a que trate seu companheiro, seu colega, com a mesma defesa que sempre lhe dispensei. Ou seja, não há pretexto aqui, há o fato de não concordarmos com duas mil e tantas emendas de V. Ex^a, entendendo que essas emendas não guardam coerência com aquilo que de bom se espera de uma boa elaboração de uma peça orçamentária. V. Ex^a aqui disse: "Eu anulo as emendas e as transfiro para as emendas de bancada na proporção." V. Ex^a agora falou: "Eu anulo tudo." Quero que V. Ex^a, então, esclareça isso para que nós deliberemos sobre se tocamos ou não tocamos para a frente o processo de votação. Sendo V. Ex^a claro e cristalino, como acho que tentei ser...

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB – ES) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Só um pouquinho, Deputado Magela. Só quero fazer um alerta a V. Ex^{as} e ao Deputado Magela. Temos um prazo até meia-noite. A partir da meia-noite temos de encerrar a sessão do Congresso Nacional. Vou pedir ao Deputado Magela que seja rápido nas respostas para que a gente possa encaminhar o processo de votação do orçamento.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Primeiro, Senador Arthur Virgílio, quero dizer que quando me referi a pretexto naturalmente me referi ao genérico, a todos, ao Congresso Nacional. Segundo, quando disse que farei com a mais absoluta transparência todos os esclarecimentos e defesas que tiver de fazer, repito e reafirmo.

com relação a minha proposta o que estou dizendo e que disse a V. Ex^a, ao Senador Sérgio Guerra, ao Deputado Narcio Rodrigues, é que estou disposto a encontrar qualquer solução que seja consensual para votar o orçamento na noite de hoje, qualquer que seja. Não fui eu quem fez a proposta ...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Esta que lhe foi sugerida, é boa?

O SR. MAGELA (PT – DF) – É passível de discussão.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB - AM) – Então porque já que temos tanta pressa.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Não, não, não. Eu não vou responder da tribuna qual é a melhor proposta. Encerrarei aqui agora a minha intervenção inicial para dialogar com V. Ex^a e com quem quiser qual a melhor saída. Estou disposto e aberto a ouvir todas as sugestões que me forem feitas, desde que elas venham no sentido de resolver o impasse.

O Deputado Geraldo Magela, Relator, contribuirá para a solução do impasse e para a votação do relatório nesta noite, qualquer que seja a solução.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Deputado Magela.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado, Deputado Magela,

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Presidente, me permita fazer uma ponderação.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Eu não serei descortês, deixando de ouvir o Senador, desde que seja objetivo e que nós possamos dialogar depois aí embaixo.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Presidente, Sr. Relator, vou ser mais do que objetivo. O caminho desta Comissão, que produziu nela as maiores



aberrações, foi sempre o excesso de poder do relator-geral. Pode olhar para trás, para o lado, para onde quiser, vai encontrar sempre um relator-geral na liderança de um processo que não construiu nada para o Congresso, nem para a Câmara, nem para o Senado, V. Ex^a este ano tem um poder imenso, muito grande,

e esse poder lhe permitiu produzir emendas aqui que o senhor jamais poderia ter feito, em nenhuma circunstância, como, por exemplo, comissões aprovaram verbas para o turismo com a determinada denominação "comissões específicas e técnicas", e, para a infraestrutura turística, o Relator-Geral faz uma outra emenda, com a mesma finalidade, de R\$100 milhões. Por quê? Para quem? Quem é responsável por isso? O Relator-Geral não pode, não tem essa autoridade de forma nenhuma. Ninguém lhe conferiu essa autoridade, como o senhor também não tem autoridade para fazer emendas aqui que estão tão próximas da Copa do Mundo como nós dois estamos da lua. Não tem nada a ver. No entanto, estão escritas aqui, com a sua assinatura e no seu relatório.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Senador...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a tem duas alternativas: ou V. Ex^a retira suas emendas de investimento e as distribui, legitimamente, entre as bancadas que votaram as emendas, ou V. Ex^a não terá votação hoje deste Orçamento, porque ele é ilegítimo, equivocado e aponta para a irregularidade.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Exmo. Sr. Senador, naturalmente, com o respeito que V. Ex^a merece de mim e de todos nós, não responderei da mesma forma porque quero encontrar a solução. Quero dizer que todas as emendas, efetivamente todas as emendas que fiz foram com base no relatório preliminar votado por consenso na Comissão. Por absoluto consenso. E é esse o amparo legal que eu tenho para fazer as emendas que fiz. No entanto, estou disposto a discutir, mas discutir para encontrar uma solução, e discutir todo o relatório, inclusive a exigência sobre o PAC, a Lei Kandir e todas as outras questões. Mas farei isso assim que concluir e quero concluir a apresentação do meu relatório e do meu voto, Sr. Presidente, dizendo que, como relator, apresentei uma errata e três adendos, sendo um de ajuste, um para corrigir erros e omissões do Executivo e um sobre os destaques com o parecer.

Nesse sentido, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 46, na forma do que apresento aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O Sr. Jilmar Tatto (PT – SP) – Sr. Presidente, estou inscrito para discutir? Como está a lista? (*Pausa*)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vamos à discussão do PLN nº 46, de 2009.

Está aberta a discussão.

Para fazer uso da palavra, o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Quem quiser se inscrever, por favor, Srs. Parlamentares, venham à Mesa para sua inscrição aqui para discussão do relatório.

José Carlos Aleluia com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, o Congresso hoje está cumprindo seu principal papel. Aliás, a origem da formação do Congresso Nacional, a origem inglesa, é exatamente a de definir os tributos e definir a forma como esses tributos devem ser alocados.

Peço especial atenção ao Senador Sérgio Guerra.

Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a recorda-se de que participamos de uma comissão criada no Congresso Nacional para reformular a resolução que rege a Comissão de Orçamento. Esta é a Resolução nº 1, uma Resolução aprovada pelo Congresso Nacional. O Deputado Magela, ao fazer o relatório preliminar, propôs, no inciso XVIII, a possibilidade de fazer emendas de forma livre, contrariando a Resolução. A Comissão não tem poderes para contrariar a Resolução.

Quando, há cerca de um mês e meio, o Deputado Magela me procurou querendo mudar a Resolução nº 1, para ter liberdade para fazer emendas, para dar liberdade ao Relator, fomos contra, porque, Presidente, quando foi votada essa Resolução, as emendas de bancada não valiam muito. Os Deputados se reuniam, um ou dois resolviam e os outros seguiam. As emendas individuais eram de no máximo R\$2 milhões por Deputado, por Senador. Reformulamos. Hoje, Senador Arthur Virgílio, um Deputado tem R\$12 milhões para alocar para suas bases, e as emendas das bancadas são prestigiadas.

O Deputado Magela, evidentemente, se baseando em uma decisão ilegal da Comissão de Orçamento,

que dá poderes para ele fazer emenda sobre tudo – observem o absurdo, Deputados e Senadores –, poderá fazer reforço de dotação orçamentária nas áreas de agricultura, de saúde, de defesa, de educação e em outras apontadas pelo Relator setorial. Isso desmoraliza completamente este livrinho, a Constituição, e todo o nosso trabalho.

Portanto, eu só vejo uma forma de aprovar o relatório do Deputado Magela: cancelar todas as emendas de Relator, pelo menos as que foram para investimento. É muito simples a conta, Senador Agripino. Cancelam-se as emendas de Relator. Vamos pegar como exemplo, vamos admitir que o cancelamento seja da ordem de 2 bilhões, e o total das emendas de bancada seja da ordem de 20 bilhões. Isso significa que cada emenda terá uma ampliação de 10%.



Essa é a única forma para salvar o relatório do Deputado Magela, dado o adiantamento da hora. Esse, portanto, é um ponto inegociável para nós da Oposição. Não podemos desmoralizar a resolução que trouxe avanços para a Comissão, que trouxe transparência para a Comissão.

Outro ponto que tem que ser negociado é a questão do remanejamento das obras do PAC. O Governo não pode remanejar como quer 30% do total. Nós podemos admitir um percentual menor, de 10%, por subtítulo.

Diante dessas duas coisas, dessas duas emendas, se todos forem precisos no discurso, poderemos aprovar o relatório do Deputado Magela. Não faço qualquer crítica ao Deputado Magela, mas não há dúvida de que esta prática...

Vou dar só um exemplo. A Bancada da Bahia, reunida, resolveu não apresentar uma determinada emenda de adutora e fazer quatro emendas para as universidades. O Deputado Magela botou 4,5 milhões para cada emenda, o que dá 18 milhões. E, para a emenda que nós não apresentamos, ele botou 30 milhões. Isso é inaceitável! Tanto que, para votar o projeto...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Mais dez segundos. Votarei contra o relatório, pois acho que as políticas públicas estabelecidas não são de acordo com os ideais da Oposição. Mas, evidentemente, poderemos deixar votar, contra o nosso voto, desde que sejam feitas essas duas correções, no mínimo.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Em continuidade à discussão, passamos a palavra ao Deputado Eduardo Valverde pelo prazo máximo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como membro da Comissão de Orçamento, que, de maneira atenta, participou de todas as reuniões, de todas as negociações, negociações essas que envolveram Lideranças ou representantes na Comissão de Orçamento de todos os Partidos. Todos, sem exceção. Construiu-se um conjunto de negociações, de entendimento, em que cada representante de partido apresentou as suas reivindicações, legítimas reivindicações, envolvendo regiões, envolvendo interesses partidários, republicanos.

É estranho que, após toda essa discussão, toda essa construção, aparece, em cima da hora, de repente, de supino, reivindicações outras. Será que serão sérias essas reivindicações? Será que, talvez, não tenha ficado algo pendente e que se queira, dessa forma transversa, alcançar essa vontade, em detrimento de toda a construção feita, até em desrespeito aos seus representados na Comissão?

Eu não tenho nada a questionar na peça orçamentária.

Como membro da Comissão, como Líder de Bancada do meu Estado, dialoguei com o Relator e, no limite dessa negociação, de forma republicana, o Estado de Rondônia foi atendido. Da mesma forma que o Estado de Rondônia foi atendido, outras unidades da Federação também o foram, também o foram. Certamente, há disputa política. Creio eu que essa crítica da Oposição não seja no tocante ao relatório apresentado pelo Deputado Magela; seja talvez para marcar posição, fazer um bom discurso, poder marcar força, estabelecer o contraditório.

Mas será que vale a pena, às 23 horas, tão somente sessenta minutos para encerrar o dia 22, vale a pena colocar em risco o interesse do País tão somente para poder marcar posição? Será que os senhores Líderes, lá na Comissão de Orçamento, não tinham autoridade política, autoridade moral, para falar em nome do seu Partido, dos seus interesses? Será que essa hora de final de festa, final de ano, aproveitando uma brecha para buscar negociar algo a mais, desfazer acordos pretéritos, acordos construídos na transparência, porque foi feito coletivamente do que nessa hora, buscando – vamos falar uma palavra um pouco pesada – chantagear o Relator, chantagear o Governo para tirar vantagem adicional, ter um *plus* em detrimento de todo esse conjunto de Deputados e Senadores que estão aqui até essa hora, de forma transparente, dialogaram com o Relator sem utilizar a chantagem, sem utilizar a faca no pescoço?

Quem está há mais tempo nesta Casa e na Comissão de Orçamento sabe como isso, em determinados momentos, funciona e tem de ser repudiado. Isso não pode ser aceito, porque é contrário à boa conduta, é contrário àquilo que, talvez para alguns, seja uma palavra muito pesada, que é a ética. Não creio que o Congresso Nacional deva dar essa mau exemplo ao povo brasileiro, deva dar esse exemplo distorcido da política, que são os meios sorrateiros, os meios subalternos para alcançar o seu devir, o seu objetivo.

Creio eu que o Orçamento que está sendo projetado para o País é aquilo que comporta este País em crescimento, é o que fortalece o mercado consumidor de massa, o que aponta investimento, o que amplia o investimento na



infraestrutura do País, para que a nossa economia continue a crescer como tem crescido nos últimos sete anos, como enfrentou a crise internacional, como resolveu o gargalo da nossa economia. Então, este País de futuro, que se quer fortalecer e que se quer construir, certamente, não é o interesse da Oposição, que quer fazer do pior o melhor.



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Senador

Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o ilustre orador que me antecedeu fez referências muito duras às Oposições. Aqui, pelas Oposições, falamos três pessoas: o Deputado José Carlos Aleluia, o Senador Sérgio Guerra e eu próprio. Eu entendo que, de nossa parte, houve um tratamento muito lhano em relação ao Relator do Orçamento, Deputado Geraldo Magela. Poderia ter usado expressões pesadas: falta de transparência, esse ressuscitar a figura do Relator, essa história de muita verba livre em ano pré-eleitoral nas mãos de Ministros.

Poderíamos entrar por esse terreno.

Eu gostaria apenas de rechaçar as expressões que S. Ex^a usou, embora não tenha citado ninguém, não tenha nominado ninguém, para dizer que esse não é o melhor caminho para chegarmos à votação dessa matéria. Seguramente, não é. Seguramente, talvez seja o pior. Estamos tentando, neste momento, uma solução...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...a partir do que me pareceu, com clareza, com muita humildade e com sabedoria, uma autocrítica de S. Ex^a, o Deputado Geraldo Magela, que disse que retiraria aquilo que foi por nós considerado excessivo. Portanto, estão agora buscando uma redação que devolva às bancadas a representatividade, retirando de uma só pessoa o poder de arbitrar sobre R\$3 bilhões do Orçamento. Se existe alguma coisa parecida com falta de transparência, está aí; não está em nós queremos, ao contrário, que as bancadas passem a ter voz. Estamos discutindo de noite, porque, infelizmente, é noite.

Pareceu-me, Sr. Presidente – e já concluo □, muito mais interessado o Governo nos PLNs que no próprio Orçamento, tanto que apenas hoje, e muito por pressão nossa também, o Orçamento chegou aqui ao Parlamento, chegou aqui ao plenário...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Para concluir, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida alguma, concluo, ansioso por manter o bom nível, o tratamento cavalheiresco que deve marcar as relações entre colegas que não precisam ser inimigos e adversários que não devem cultuar o desrespeito entre eles. De nossa parte, rechaçam-se as palavras que são injustas.

Ao mesmo tempo, ressalto que, em nenhum momento, disse que havia falta de transparência naquilo que poderia, talvez, ser dito como pouco transparente: R\$3 bilhões assim. Isso nos chocou. Isso nos fez olhar com mais atenção a peça orçamentária a ponto de ter acedido o Relator à observação que, com muito respeito, fiz a S. Ex^a o Relator Geraldo Magela.



Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

Dando continuidade à discussão do PLN nº 46, chamo para fazer uso da palavra o Deputado Jilmar Tatto.

V. Ex^a tem o prazo máximo de cinco minutos.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Nobres Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, falta menos de uma hora para nós cumprirmos os nossos trabalhos. Eu acho que é possível a gente chegar a um acordo, porque esta Casa discute bastante, polemiza bastante, e os acordos acontecem, geralmente, nos últimos minutos. Neste momento, vêm as Lideranças, vários Senadores e Deputados, conversando tentando chegar a um denominador comum, colocando reivindicações da Oposição, ao mesmo tempo em que se permita que o País possa avançar, que as estatais possam não parar e que os Ministérios, as ações do Governo possam acontecer sem prejuízo desse acordo.

Eu acho que é a esse denominador comum que nós temos que chegar. É verdade que a Oposição colocou, desde o início – eu estava, como coordenador da Bancada do PT, em todas as negociações –, três grandes reivindicações.

A primeira era garantir um valor na Lei Kandir do ressarcimento das exportações. E foi acordado e está no Orçamento, no relatório do Relator, o valor de R\$3,9 bilhões. Então, a primeira grande reivindicação da Oposição foi feita, foi acordada e está no relatório.

A segunda, trata, na verdade, do crédito agrícola para garantir o preço mínimo. Foi também uma reivindicação para que se colocasse no Orçamento – e está no relatório – R\$1,7 bilhão. Portanto, foi atendida essa segunda reivindicação.

A terceira reivindicação, que foi a pedido da Oposição, era que fosse garantido um recurso a mais na área da saúde, principalmente numa rubrica, se não me falha a memória, ligada a procedimentos, digamos, com alta complexidade na área da saúde. E foi garantido, se não me falha a memória, R\$1 bilhão. Portanto, as três grandes reivindicações foram atendidas.

Hoje, chegou uma quarta grande reivindicação: no remanejamento do PAC, no projeto original, está o percentual de 30% que permite o Governo fazer o remanejamento. Esse percentual de 30% é igual ao do ano passado. Portanto, não há nenhuma novidade nem há algo novo nessa questão.

Surgiu hoje, primeiro por intermédio do Líder Ronaldo Caiado na Comissão Mista de Orçamento e, agora, com o nobre Deputado Aleluia, reivindicando que fosse apenas 10%.

O Sr. José Carlos Aleluia (DEM – BA. *Fora do microfone.*) – É um exemplo.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – É um exemplo. Portanto, percebe-se que a Oposição está começando a negociar também, ajudando-nos a encontrar uma saída em relação a essa questão.

E, pelo que o Líder do Governo colocou, há possibilidade de se negociar essa questão, mesmo criando dificuldades para o Governo, mesmo criando dificuldades para os ministérios porque, muitas vezes, você tem uma obra que tem dificuldade por questões climáticas ou por possíveis irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União; em vez de deixar empatado aquele



recurso, você pode fazer o remanejamento e colocar em outra obra que o Orçamento não contempla. Então, nessa quarta reivindicação me parece que há um processo de discussão e negociação em que é possível se chegar a um acordo.

Agora, a quinta reivindicação. Essa é mais complexa. Complexa do ponto de vista técnico e complexa do ponto de vista político. Como, do ponto de vista técnico, esta Casa pode tudo, porque é uma Casa de leis, nós podemos buscar alternativas técnicas.

(Interrupção do som.)

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Para encerrar, Sr. Presidente. Mas, do ponto de vista político, nós temos que ter a sabedoria de encontrar politicamente uma saída para isso porque não é fácil, de uma hora para outra, você pegar todos os investimentos, praticamente todos os investimentos das comissões – porque isso cria um problema político nas comissões temáticas das duas Casas.

Nós vamos pegar esse recurso e migrar esse recurso para as bancadas, para os Estados. O que tem na prática disso? Nós temos emendas nacionais porque existem assuntos nacionais. Vou pegar, por exemplo, a Copa do Mundo. Apenas em alguns Estados haverá jogos da Copa do Mundo; esse recurso de investimento de uma emenda nacional vinculada ao esporte ou vinculada às cidades ou ao turismo, vamos tirar esse recurso e vamos – como a proposta é proporcionalmente –, vamos colocar em Estados, como o Estado do Paraná, onde nasci, que me parece que não vai ter sede da Copa do Mundo? Fica uma distorção que não me parece correta.

Então, faltam apenas quarenta minutos, alguns problemas vão acontecer nesse processo, mas acho que, como temos que votar o Orçamento, como é a principal lei do País que este Congresso vota todos os anos, mesmo tendo prejuízo do ponto de vista de algumas anomalias, pode o Governo depois corrigir por meio de medidas provisórias ou de créditos suplementares ou fazendo remanejamentos internos por meio de portarias e decretos, eu acho que cabe esse sacrifício para atender mais uma vez a Oposição, que criou e está criando dificuldades, tendo razão ou não. O fato é que temos de chegar a um acordo e votar o Orçamento na noite de hoje.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Jilmar Tatto.

Vamos passar a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento: quantos falam a favor, quantos falam contra, para podermos definir o processo?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nós estamos aqui ouvindo os Srs. Parlamentares, independentemente de estarem falando contra ou falando a favor. São dez os que podem falar. Aliás, nós podemos continuar falando aqui até a meia-noite. A partir de dez, pode haver requerimento de encerramento da discussão.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Quantos já falaram, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Já falaram três.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Inscreva-me aí, porque quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Darcísio Perondi, com a palavra.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Já chegou a peça, o relatório do Relator-Geral já chegou à mesa?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Já está na mesa.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE) – Ok. Perondi, a saúde de todos nós.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Sr^{as} e Srs. Senadores, faço política porque tenho esperança, tenho utopia no coração. Eu ainda acredito que nestes últimos 45 minutos aqui haverá convergência, e nós daremos o Orçamento para o Brasil em 2010 ainda esta noite. A Oposição e a Situação vão mostrar ao País que é possível dialogar e convergir. Eu estou contente com a proposta orçamentária, eu queria mais, mas nós trabalhamos na Comissão, pressão e contra pressão dentro da Comissão, das bancadas na Comissão, da sociedade nas Comissões. Houve ampla discussão e houve avanços.

O primeiro avanço foi que nós, Senadores e Deputados corrigimos uma falha da proposta orçamentária que são os recursos da Lei de Fomento e Lei Kandir para os Estados exportadores. Lá em 97, 98 nós precisávamos exportar. E como exportar, se não tínhamos reservas? A balança, a conta corrente era deficitária e foi importante e continua importante. E estão os 3.900. O meu Estado, por exemplo, é o terceiro Estado exportador e vai receber 394 milhões. E a novidade que foi incluída é que os Municípios terão participação nesse percentual da Lei Kandir e de Fomento – 25%. Então lá no meu Estado, de quase 400 milhões, 100 milhões serão distribuídos para os Municípios. Para obras no Município, educação, saúde, ponte, ensino profissionalizante, urbanização, capacitação.

O segundo ponto foram os recursos para a garantia de preço mínimo. Um bilhão e seiscentos milhões e mais cem milhões, porque aumentou o recurso da defesa animal e vegetal – 1.700. Ficaré em torno de 5 bilhões, não é Deputado Zonta? Cinco bilhões e quatrocentos milhões para a garantia do preço mínimo, importante, feijão, trigo, milho... Importante, muito importante!

Nós aqui colocamos, nós aqui colocamos, nós Parlamentares.



Em terceiro lugar, recompusemos parcialmente o déficit do custeio do Sistema Único de Saúde para 2010 em R\$2,2 bilhões. Nós, Senadores e Deputados, pressão e contra-pressão, mobilização de todos. Também o Governo não colocou, foi sensível; nós colocamos. É o terceiro avanço que estamos dando à Nação. Estou chateado. Também tenho de manifestar isso. Há uma febre no Brasil, uma febre, uma doença contagiosa. Tijolo, cimento, construção, ferro, ferro, cimento, tijolo, areia, construção, obra, obra, obra, obra. Não discuto o mérito. Precisamos de infraestrutura, indiscutivelmente. Plataforma da Petrobras, isenção de impostos, carro, carro, carro, carro. Que o povo respire. Rio de Janeiro, São Paulo, mais enxofre, mais CO². Carro, carro, carro. E o orçamento da saúde é pobre, muito pobre. Houve sensibilidade do Ministro Paulo Bernardo, convencido pelo Relator, pela Comissão, e conseguimos R\$2,2 bilhões, mas fica um buraco de mais R\$2 bilhões, sem maiores investimentos no ano que vem.

Quando será que governos, gestores públicos, quando será que esta Casa vai ter mais independência e dar um orçamento verdadeiro, digno para a saúde do Brasil, assim como para a educação? Tomara que não substituam fonte na educação como substituíram a fonte na CPMF com a queda da DRU. Tomara! Parabéns. Esta Casa ...

(Interrupção do som.)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB – RS) – vai dar – eu tenho confiança nisso – uma demonstração de que pode convergir e votará o orçamento de 2010 nesta noite.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Havendo ...
Alguém está me informando ali que saiu fumaça branca da reunião.
Então eu pergunto, há vários oradores inscritos aqui ainda para fazer uso da palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Eu pergunto se é possível retirarmos as inscrições dos oradores e passarmos a palavra ao Relator, Deputado Magela.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, um esclarecimento. Eu tenho um requerimento de destaque

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Abrimos um espaço para o Magela falar e depois

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – ... e quero saber qual é o procedimento que se adotará. Nós vamos votar o orçamento e em seguida V. Ex^a vai ler os destaques?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Só um pouquinho, gente. Vamos primeiro ouvir o Relator, Deputado Magela. Depois vamos proceder à votação. No processo de votação haverá espaço para votar também os destaques.

Deputado Magela, rapidinho. V. Ex^a está com a palavra.

Som no microfone do Deputado Magela.

O SR. MAGELA (PT – DF. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós acabamos de celebrar um acordo no sentido que nós começamos aqui no plenário. Portanto, vou ter de ser muito objetivo para não cometer equívocos aqui ao relatar o acordo.

É o seguinte: nós vamos aceitar duas propostas feitas pelos partidos da Oposição, sendo a primeira delas que no texto onde se diz que “o Executivo fica autorizado a promover remanejamento de 30% do RP3”, vai-se ler que “o Executivo fica autorizado a promover até 25% do valor de cada obra constante do RP3” – ponto 1; ponto 2: o Relator-Geral transformará todas as emendas feitas por ele – este que lhes fala – como emendas de investimento em emendas de Bancadas, que serão distribuídas, proporcionalmente, ao atendimento feito até este momento a todas as Bancadas estaduais, indo até o limite da solicitação.

Com isso, nós cancelaremos todas as emendas de investimento feitas pelo relator, todas as que estiverem ali e as transformaremos em emendas de Bancada. Com isso, nós votamos o texto neste momento para dar ao país um orçamento aprovado para o ano de 2010.

É isso.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Relator, com exceção que se faz à Agricultura, Saúde e Lei Kandir. Essas três exceções.

O SR. MAGELA (PT – DF) – E a revinculação da Educação, naturalmente, que é obrigatório. Isso é constitucional.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Tudo bem! Essas três exceções nós devemos deixar bem claro. E o critério que V. Ex^a vai utilizar para transferir será um critério aritmético, ou seja, fica claro que...

O SR. MAGELA (PT – DF) – Proporcionalmente!



O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) - aqueles recursos que saírem das emendas de investimento serão repassados às emendas de Bancada.

O SR. MAGELA (PT - DF) - Proporcionalmente. Aquilo que eu disse.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) - Proporcionalmente, sem dúvida.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Quero fazer um apelo: como nós temos vinte minutos para votar, que, primeiro, a gente vote; depois, quem tiver discursos a fazer poderá fazê-lo após a votação.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Só um esclarecimento, para não ficar qualquer dúvida: é só de investimento; não mexe na saúde, na agricultura...

O SR. MAGELA (PT – DF) – Não, não mexemos em recomposição, não mexemos em remanejamento; só em investimentos novos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Vamos votar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Sobre a mesa, há requerimentos de destaque que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTOS NºS 51 A 55, DE 2009



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado Gilmar Machado retira os destaques? É isso? Todos os destaques estão retirados?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Então há um último requerimento de destaque do Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, nosso destaque está mantido. E há uma informação de que tem outro destaque, que não é de minha autoria, que destaca as quatro obras coletivamente.

Gostaria também de manter esse destaque, embora não seja de minha autoria.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – A nossa posição é contrária e caberá, então, a V. Ex^a pedir verificação. Certo?

Existe um acordo, Sr. Presidente! Existe um acordo! Existe um acordo!

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Em função do acordo, nós estamos retirando os outros quatro destaques.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – Sr. Presidente, nós gostaríamos de ouvir o Governo a respeito do acordo firmado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Gilmar Machado com a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – O Governo reafirma o compromisso e o acordo firmado é o que o nosso Relator, Deputado Magela, já relatou. Nós queremos votar o Orçamento. Então nós mantemos a nossa palavra e o acordo. Então, com relação... Já mantive contato com o Deputado Rodrigo, porque essa não é a posição do Governo; a posição do Governo é votar o Orçamento.



O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Muito bem!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, eu mantenho o destaque de minha autoria em relação às obras do Comperj, porque essas obras não estavam listadas no Tribunal de Contas da União e foram retiradas sem que houvesse nenhuma razão específica para o caso. Eu mantenho o meu destaque.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Vamos votar o Orçamento!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Não vamos abrir. Não vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Só um minuto! Temos que achar os destaques.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, nós vamos votar o Orçamento e depois, os destaques, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não, nós vamos votar antes os destaques; depois vota-se o Orçamento.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB – RS) – Vamos votar o Orçamento e depois os destaques, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente, nós aceitamos. Vota o Orçamento e depois os destaques.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB – RS) – Parece que há um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Primeiro votam-se os requerimentos. Tem de votar de acordo com...

Só existem dois requerimentos sobre a mesa. Um requerimento é assinado pelo Deputado Rodrigo Rollemberg, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2010 e que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves da Refinaria Abreu e Lima em Recife.

O outro é do Deputado Ricardo Barros. Está mantido, Deputado Ricardo Barros?

São os seguintes os

REQUERIMENTOS NºS 56 E 57, DE 2009



O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente, eu consulto o Plenário se podemos votar a peça orçamentária, ressalvados os destaques, como é a praxe.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco PMDB – RS) – O PMDB concorda.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Vamos avançar, Sr. Presidente. Vamos votar e ressaltar os destaques.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco PMDB – RS) – O Bloco concorda. Vamos fazer a inversão, votar o Orçamento e depois os destaques.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, com o compromisso da base do Governo, que vai rejeitá-los.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Requerimento para votar...

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, os requerimentos que o Governo tinha apresentado serão retirados. É para que a gente entre imediatamente na votação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Mas mantiveram os dois requerimentos aqui, Deputado Gilmar Machado: o do Rodrigo Rollemberg e o do Ricardo Barros. Estão mantidos os dois requerimentos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Faz a inversão, Sr. Presidente. Vota o Orçamento e, após, os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Excelentíssimo Sr. Presidente, requeremos a V. Ex^a, nos termos do art. 162 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, ouvido o Plenário, votação em globo dos Requerimentos de destaques apresentados ao PLN nº 46, de 2009.

É o seguinte o

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2009



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Em votação o requerimento para a votação em globo dos requerimentos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Portanto, está excetuado, não é Presidente? O Requerimento de minha autoria está excetuado?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não. São dois requerimentos para votação em globo.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares, votação na Câmara.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento para votação em globo por favor permaneçam como se encontram.

O Requerimento está aprovado. Não precisa ir ao Senado.

Votação dos Requerimentos em globo.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares, na Câmara, que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram.

Os dois requerimentos foram rejeitados.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Peço a verificação, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Não tem apoio, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Tem o apoio do Bloco.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Não, o Bloco não apoia.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Está bom. Então, eu retiro, Sr. Presidente. Vou fazer o meu destaque.

Em votação o Substitutivo, com as alterações propostas pelo Relator.

Ainda há uma informação aqui do Relator. No seu parecer está incluso os adendos 1, 2 e 3 e a errata?

É isto? Está claro isto? Claro.

Então, votação do Substitutivo, com as alterações propostas pelo Relator.

Votação na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo com as alterações propostas pelo Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado. (*Palmas.*)

Votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o Substitutivo, com as alterações propostas pelo Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 129, DE 2009 – CN



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam sentados.

(Pausa)

Aprovada.

Em votação a redação final no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados.

(Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.



O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não. Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Já foi, Deputado Rodrigo Rollemberg.

Nos termos do art. 151 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Presidência concede o prazo de até três dias para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a redação final.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 23 horas e 32 minutos.)